

nham-se por lá os emigrantes (e se possível vão mais) e dê-se-lhes confiança para enviarem as remessas, atraíam-se os turistas (esta é a que dá o tom «século xx» ao conjunto...) e chovam os empréstimos e os investimentos externos. Não é preciso ser velho do Restelho, nem Oliveira Martins, para prever que não se vai longe por aí e, sobretudo, não se fale mais de autonomia ou independência nacional. Nem de originalidade... O certo é que, com todos estes baldões da História, e ao sabor das sucessivas dependências, o povo português tem hoje bem pouco que ver, em composição de classes, em consciência política, com o de há um ou dois séculos. Não parece viável que aceite passivamente esta nova «venda» ao desbarato com que dizem pretender salvá-lo, buscando afinal reanimar um capitalismo decrépito. O momento da tomada de consciência das «próprias forças» será a única resposta possível à persistente pergunta de Oliveira Martins. Resposta revolucionária que, a não ser dada, nos levaria, no desembocar daquela política suicida, às formas mais repressivas que o capitalismo já conheceu.

Não vamos alongar-nos mais sobre a «originalidade da via portuguesa». Nem o processo em si, na sua lógica global, tem nada de particularmente original — trata-se de uma situação pré-revolucionária bastante típica (que adiante analisaremos), para o que bastará ver como caracterizámos no Cap. II tais fases —, nem as «vias» propostas para atingir o «socialismo» o são: por um lado, a «via social-democrata» confessada, que nos é difícil distinguir da que se põe como objectivo o «socialismo democrático consequente» dos socialistas; por outro, a dos herdeiros ideológicos dos Gottwald, Rakosi, etc., que, pouco originalmente (e muito desastrosamente), tentaram seguir-lhes rigorosamente as pisadas.

Mas vale a pena determo-nos um pouco sobre as especificidades do processo português. Como não podia deixar de ser, elas estão ligadas à *forma* como se gerou entre nós a «crise» do poder burguês, e ao *momento* em que essa crise foi encontrar as relações de força *potenciais* entre as classes

sociais (ou, o que é concomitante, ao nível já atingido nesse momento pelas contradições inerentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista). Ora é um facto que, uma vez mais na História, uma crise pré-revolucionária surge numa formação social em que o modo de produção capitalista está longe de ter atingido o limite das suas contradições internas, nomeadamente a contradição «clássica» entre o grau de «socialização» das forças produtivas e o carácter privado da apropriação do produto do trabalho social. Generalizando, aliás, parece-nos útil referir que a compreensão profunda do fenómeno do impropriamente chamado «subdesenvolvimento» veio inverter em definitivo a «prioridade de Marx»: a hierarquização do mundo segundo «níveis de desenvolvimento económico» é hoje vista como um processo inerente à reprodução do próprio sistema capitalista mundial. Isto é, são conhecidos os mecanismos reprodutores do «desenvolvimento desigual», que funcionam de modo a que nenhum país *dentro* desse sistema possa vir a reduzir substancialmente a distância que o separa dos países «avançados», mesmo que apenas medida em «quantidade de bens materiais»; pelo contrário, essa distância tem mesmo, globalmente, vindo a aumentar. A teoria rostowiana das «etapas do desenvolvimento económico» revelou-se uma fantasia académica, obviamente não inocente politicamente. Mais recentemente, os estudos sobre o «esgotamento das reservas mundiais» (de matérias-primas vitais, de energia, etc.), ao mesmo tempo que constituem uma aliciante denúncia da pilhagem do globo efectuada pelo imperialismo e da «civilização do desperdício», nem por isso deixam — inocentemente ou não — de reforçar a *necessidade* de impedir o desenvolvimento dos países mais «atrasados», sob pena do auto-extermínio da humanidade a breves décadas. Isto traduz-se em que, não podendo nunca desenvolver ao máximo as forças produtivas e as contradições do capitalismo interno, os países «dependentes», por estarem *estruturalmente* condenados à dependência, está-lo-iam também à *impossibilidade de revolução*. É o curioso problema teórico de «como romper

com a estrutura» (que, por definição, é um sistema de relações que se autocontrola e se auto-reproduz), que tem atrapalhado muito estruturalista. Felizmente, a prática tem respostas para estas perplexidades teóricas: em formações sociais naquelas condições, muito antes de se atingir a «contradição-limite» que, como se viu, *nunca* se atingirá, manifestam-se *outras* contradições que, em dado momento, *exigem e impõem* a ruptura. O que justifica a aparentemente pouco ortodoxa passagem de Guevara que já citámos (ver Cap. I, p. 31), mas que agora melhor se pode apreender: o imperialismo, a ocupação estrangeira, o colonialismo, o neocolonialismo desencadeiam nessas sociedades contradições só ultrapassáveis por meio dum processo revolucionário. Nas sociedades dependentes, mas não directamente colonizadas e em que o domínio imperialista é real mas difuso, como era (é) o caso português, são ainda contradições internas de origem «exógena» as que podem levar a situações de ruptura. Mesmo quando não haja consciência disso, o seu «motor» efectivo está nas relações de dependência, que desempenham o papel de «fermento» da luta de classes a nível nacional.

Já desenvolvemos esta tese, e seria ocioso repetir tal discussão, em *Indústria, Ideologia e Quotidiano*, precisamente numa secção intitulada «Desenvolvimento Capitalista e Luta de Classes» (pp. 32 a 36). Em resumo, tentámos aí demonstrar por que vias a guerra colonial, a emigração e a integração europeia *determinaram* uma agudização da luta de classes, que só não adquiriu formas patentes e violentas devido à acção do vasto aparelho repressivo — no sentido mais lato, incluindo as suas formas ideológicas. Foram, em última análise, as contradições desenvolvidas pela guerra colonial as decisivas no desencadear da crise de poder iniciada com o 25 de Abril. Os dois «corpos sociais» (expressão pouco rigorosa mas transitivamente sugestiva e operacional) mais directamente *implicados* nessas contradições foram, de facto, as Forças Armadas e a fracção «tecnocratizante» da burguesia que veio, *grosso modo*, após o 25 de Abril, a dar origem ao P. P. D.

As Forças Armadas, que em 61 partiram para África como qualquer abúlico exército que vai, de olhos fechados e sem pôr questões metafísicas, defender a «Pátria» ou a «unidade nacional», sofreram, ao longo de treze anos, dois processos simultâneos de transformação. Transformação na origem de classe dos oficiais (ver «Origem e Posição de Classe dos Capitães», Cap. VI de *O Movimento dos Capitães e O 25 de Abril*, de A. Rodrigues, C. Borga e M. Cardoso, pp. 341 a 354) por deserção dos filhos da alta-burguesia e da aristocracia, que deixaram de frequentar a Academia Militar, pois os riscos da «defesa da Pátria» vinham somar-se ao crescente prestígio das profissões liberais e das carreiras de negócios face ao prestígio decrescente da carreira das armas. Transformação ideológica, resultante do contacto íntimo com a realidade colonial, feita de violência e exploração desenfreada, em que se desmentiam a cada passo os «valores» que lhes competia defender e se justificava a luta de libertação que deviam combater. Ao longo dos anos e das «comissões», revolta moral, revolta profissional e enfim revolta política tornavam patente a resposta às questões que gradualmente iam formulando: «Quem lucrava com aquela guerra, para onde os tinham empurrado em nome da “Pátria”? Seria mesmo a Pátria que estava em jogo? Os seus vencimentos poderiam acaso comparar-se com os ganhos dos fazendeiros, não falando já das grandes companhias, que eles protegiam com a vida? E quanto ganhavam mensalmente os brancos de Luanda e da Beira, e os generais e ministros que os obrigavam a ir para a guerra? Mais: como poderia o Governo provar que a Pátria se defendia em África, à custa dos povos que apenas se revoltavam contra a exploração colonial?» (*op. cit.*, p. 349). A pequena-burguesia, sempre dividida, que em Portugal tantas vezes se integrara parcialmente, por revolta contra os «grandes comilões» que a espoliavam, nos movimentos democráticos de oposição, acabava por ter, através dos seus jovens oficiais, um papel decisivo no processo

político português. A classe dominante⁵ foi obrigada, pela guerra colonial, a pôr nas mãos da pequena-burguesia as armas, propriamente ditas e ideológicas, com que finalmente ela se propôs derrubá-la. Contradição impossível de resolver «pacificamente»: ela *continha* a própria forma de ser ultrapassada. Mas, como se sabe, a solução das contradições dá origem a novas contradições — a História é feita disso. Adiante se verá como a origem de classe dos «Capitães de Abril» (e por certo da grande maioria dos oficiais de grau médio) acabou por ser elemento fundamental, no decurso do processo revolucionário, a partir do momento em que a luta de classes penetra o bloco, antes suposto «impermeável», das Forças Armadas.

Quanto à fracção «tecnocratizante» da burguesia, que simultaneamente aposta, por um lado na modernização de um capitalismo enquistado nas protecções fascistas e em ideologias que o paralisam, por outro na hipótese «neocolonialista», ela jogou, até compreender a inviabilidade do projecto, na «liberalização» do marcelismo — na reforma do sistema «por dentro». O prosseguimento e o endurecimento da guerra colonial colocou este sector num impasse: a opção feita de se manter dentro dos quadros políticos do sistema obrigava-os cada vez mais a empenhar-se (e não só em palavras) na «defesa da soberania nacional», a dar uma caução à guerra colonial que, em contrapartida, também cada vez mais punha em risco as suas visões europeias e as próprias perspectivas neocolonialistas. Sabendo, é certo, o papel subalterno que lhes competia dentro da estrutura de dominação imperialista, viam-se gradualmente curto-circuitados por um capital estrangeiro cujo papel e influência aumentava à medida que os recursos internos para suportar a guerra colonial escasseavam. O imperialismo começava a preparar-se para se aproveitar por inteiro e sem intermediários (ou com outros em melhor posição: o

⁵ A sua fracção mais reaccionária e tradicionalista, pois veremos a seguir que outra fracção viu no 25 de Abril uma «abertura» indispensável para manter o seu poder.

Brasil, por exemplo) de uma situação cujo agravamento reduzia a margem de manobra futura daqueles aguerridos «liberais». O tempo escasseava para a «descolonização moderada» que a estes convinha, ao mesmo tempo que lhes dificultava os seus planos europeus, até porque ia encurtando o prazo ao fim do qual a economia (a indústria, em particular) portuguesa ficaria sem remissão à mercê do grande capital europeu. Esta contradição, que lhes impunha a necessidade de se verem livres tão depressa quanto possível da guerra colonial, mas, ao mesmo tempo, por razões de classe, lhes fazia temer o «descontrolo» de um processo que lhes convinha moderado, sabendo embora que o seu prolongamento no tempo ameaçava a sua estratégia europeia — tal contradição não a podiam resolver por si. Restava-lhes tentar salvar a sua posição subalterna, reforçando quanto possível as suas ligações ao capital estrangeiro, ao que se dedicaram nos últimos anos do marcelismo.

A «aliança» M. F. A.-Spínola consubstancia de certo modo esta combinação de interesses, naturalmente precária, entre uma pequena-burguesia radicalizada de armas na mão e uma grande-burguesia a que o fascismo já não servia. Precária porque a luta de classes, tanto tempo abafada mas agudizando-se *em potencial*, iria irromper sem peias após o 25 de Abril. Os liberais do fascismo situar-se-ão de imediato numa direita com cores «sociais-democratas», e serão desde o primeiro dia a força política de apoio do spinolismo (Sá Carneiro, Spínola, Palma Carlos, Vieira de Almeida na ribalta, Champalimaud nos bastidores). O M. F. A. manterá a sua coesão enquanto este bloco conserva os seus trunfos — *grosso modo* até ao 28 de Setembro. A partir daí os próprios oficiais do M. F. A. começam a definir-se: os restantes oficiais (a maioria), os sargentos, os soldados começam a ficar implicados «no processo», a relativa homogeneidade de classe dilui-se. A luta de classes vai instalar-se dentro das Forças Armadas, como reflexo imediato da que se desenrola num *exterior* que, pelo contacto crescente entre o movimento popular e os quartéis, lhe é, cada

vez mais, *interior*. Este efeito de «reflexo» de um «mundo» de lutas e de contradições entre classes e, de forma distorcida, entre organizações partidárias, num «corpo» que, durante muito tempo se procurou apresentar como coeso e imune a divisões, criou a grande ilusão do M. F. A.-vanguarda revolucionária, do M. F. A.-motor da revolução. Na realidade, mais *mito* que ilusão, pois, como se sabe, os mitos são ideias-força, são ideias mobilizadoras, e que, como tal, influem e muitas vezes determinam a acção. A própria estrutura das Forças Armadas, muito hierarquizada e culminando nos órgãos do M. F. A., permitia que conflitos agudos viessem a reduzir-se, em última análise, a uma confronto entre um número restrito de pessoas, que compromissos, experiências e relações afectivas anteriores tendiam a fazer atenuar.

A escassez de formação política da maioria dos militares, mesmo os que se encontravam nas «cúpulas» do M. F. A., a impossibilidade de os associar pessoalmente e de forma clara a interesses económicos, a «estrutura mental» e as relações de camaradagem-cumplicidade modeladas por anos de caserna ou de administração militar, por anos de «pequenos privilégios», de múltiplas frustrações e de um «modo de vida» próprio (não é utilizada ainda hoje a expressão «família militar?»), um certo complexo de culpa transmutado facilmente em sentimento de redenção total e purificadora — outros tantos elementos que, durante largos meses, preservaram um aparente «equilíbrio do bom senso», enquanto facilitavam a aduldora penetração das ideologias partidárias. Nem por isso, o papel do M. F. A., e das Forças Armadas em geral, deixou de representar uma das especificidades mais evidentes da «pré-revolução» portuguesa e a isso se deve certamente o facto de ela ter podido ir tão longe quanto foi. Não tanto pela sua acção directa, enquanto poder, mas principalmente por, sob o efeito demolidor que sobre elas produziu a luta popular, ter desaparecido em larga medida o «aparelho repressivo» por excelência das sociedades burguesas.

A pequena-burguesia militar acaba, enfim, sob pressão

dessa luta, por se compartimentar: ressurgirão os dois sectores «clássicos» e bem marcados no tempo do fascismo — o que clama pela ordem e pela autoridade (fascista ou, por agora, simples suporte de futuros fascismos), o democrático (ordem, mas liberdades, mas «democracia») — e a eles virá somar-se um sector, heterogéneo, que por comodidades designaremos por revolucionário. Por razões em que adiante nos deteremos, este último é enfim manietado, e procura-se restituir as Forças Armadas à sua bem conhecida função «acima da política», de «garante da Constituição». Este é o passo decisivo para que os antigos «liberais marcelistas» julguem de novo chegada a sua hora — o 25 de Abril que lhes «convinha». Mas eles sabem, como nós sabemos, que é tarde. Isto, contudo, já tem que ver com a análise da própria crise pré-revolucionária, que a seguir nos ocupará.

Esta especificidade «político-militar», que não é mais, afinal, que a da sua génese colonial, foi algo que embasbacou o mundo. O mito M. F. A.-vanguarda desempenhou um papel histórico, até se extinguir⁶. Mas as massas aprenderam que não podem manter as Forças Armadas à margem da luta de classes. O que todas as revoluções — vitoriosas e falhadas — já antes haviam provado. Estamos enfim frente a frente com um processo despido dos «ornamentos» com que se pretendeu «originalizá-lo». Mas, dentro de trilhos globalmente delimitados, a imaginação, de par com uma análise lúcida das situações concretas, tem largo campo para inventar percursos não estereotipados para o objectivo libertador — o socialismo.

A CRISE PRÉ-REVOLUCIONARIA E OS SEUS IMPASSES

a) *O impasse político*

(*M. F. A.-P. C. P.-movimento popular*)

O processo português, em particular entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro, pode resumidamente definir-se como uma

⁶ Só por óbvios interesses tácticos alguns, raros, ainda insistem em falar nisso.

situação pré-revolucionária típica, em que o facto de o partido *potencialmente* revolucionário se ter colocado no campo do poder de Estado (e não no do poder de base, que aparece a «dobrá-lo») fez desviar a questão do poder *na sociedade* para a questão do poder *dentro das Forças Armadas* (mais concretamente, *dentro do aparelho militar*)⁷.

Se recordarmos a caracterização feita anteriormente (ver Cap. II, p. 95) das fases pré-revolucionárias — explosão popular, «nova legalidade» fundada na acção das massas, embriões de duplo poder; reacção generalizada do sistema capitalista, donde «desmoronamento» económico; impotência de governos de coligação interclassistas, denunciando *em acto* a inviabilidade de soluções moderadas, de «democracia burguesa» — parece não haver muito a acrescentar no sentido de dar inteiro crédito à afirmação formulada acima sobre a tipicidade do caso português, mas a isso voltaremos.

Já a segunda parte daquela frase inicial, que releva da especificidade portuguesa, merece algumas considerações adicionais. Interessa, por exemplo, sublinhar que nunca uma situação pré-revolucionária desembocou numa ruptura revolucionária estando o partido revolucionário — a vanguarda das massas — integrado no Governo, representante da legalidade institucional. É, aliás, óbvio que, se em tais momentos se afrontam duas legalidades, em última análise dois poderes (um em total «crise de autoridade», o outro fortalecendo-se gradualmente e pondo-se como alternativa, como o poder *futuro*), um partido revolucionário, que aspire à direcção política do movimento de massas, só pode estar incondicionalmente ao lado do segundo, melhor, *fazer parte dele*. É dentro desse campo, e não fora dele, que têm de ser equacionados

⁷ A expressão «partido potencialmente revolucionário», ou seja, o partido que, num dado contexto histórico, se encontra *em posição* de «congregar as grandes massas populares em torno de um programa claro e concreto» e, portanto, dinamizar a formação e consolidação de um novo bloco histórico, deverá ser articulada com a análise gramsciana do Partido de Acção ao tempo do Risorgimento italiano (ver M. A. Macciocchi, *Pour Gramsci*, pp. 117-122). Ver nota 9, adiante.

os problemas da estratégia revolucionária, e nomeadamente a questão — que não subestimamos — do «ritmo» e das «alianças», cujo menosprezo pode precipitar de facto um abrupto regresso ao passado. É a presença do partido revolucionário no seio das massas⁸, sem as limitações paralisantes de compromissos governamentais ou de aparelhos, que pode fortalecer o novo poder nascente, dar-lhe a consistência de um «programa revolucionário» fundado nos problemas *concretos* e não nas elaborações globalizantes de um mal definido «interesse nacional». A não ser assim, é patente que o objectivo que se pretende atingir é uma «revolução de aparelhos», é algo precisamente do tipo do que se levou a cabo nos países da Europa de Leste. O partido *potencialmente*⁹ revolucionário vai assentar então a sua estratégia na conquista dos aparelhos de poder de Estado, ou de poder institucionalizado. É evidente que, para a aplicação de tal estratégia, se torna particularmente

⁸ A tal relação de *interioridade* de que fala Bettelheim (ver Cap. I, p. 84).

⁹ Porquê *potencialmente*? Porque é aquele que efectivamente «controla» a mais importante fracção do proletariado e dos assalariados rurais. Pode pôr-se a questão, que é importante: porque se concentram essas massas em torno de um partido objectivamente não revolucionário, que *na prática* se serve delas não como potencial revolucionário, mas como massa de manobra para as suas estratégias de gabinete? Mas isso não quererá dizer que, no fim de contas, as próprias massas *não estão* interessadas na revolução? Tais interrogações mereceriam, só por si, um volumoso estudo, uma cuidadosa análise. No entanto, não é improvável que essa adesão das massas proletárias tenha que ver com factores de mobilização, tais como: o prestígio derivado do «nome» (que só por si define «o partido dos trabalhadores», da «revolução») e da tradição de uma dura luta antifascista que confere aos seus dirigentes e quadros políticos uma aura de quase «santidade» e de inabulável determinação através das mais violentas provas; uma capacidade de organização e uma segurança que transmitem às massas a convicção quase religiosa de que os seus problemas «estão bem entregues»; a identificação do partido ao quadro idílico das «transformações socialistas» nos países de Leste, em particular na «Pátria do Socialismo», e das condições materiais de vida que tais transformações proporcionaram; a efectiva liderança de militantes do partido em numerosas lutas reivindicativas, muitas delas vitoriosas, ao longo das décadas de fascismo e depois do 25 de Abril. Se tais factores de mobilização são os decisivos, poderá verificar-se que eles assentam *mais* num apelo ao que nas massas, mesmo proletárias, existe de «impregnação ideológica pequeno-burguesa» — o sentimento de segurança, o culto do chefe e das hierarquias (da ordem), o interesse material imediato, uma «transferência» de valores religiosos tradicionais — do que num apelo à criatividade das massas, à sua exigência de *poder social*, que nestas fases realizam *em acto* mas não assumem na globalidade de um projecto revolucionário.

vantajosa a participação no Governo. Ela permite, para além dos aparelhos sindicais ¹⁰ (facilmente controlados pelos seus militantes, mas que o aparelho do Ministério do Trabalho ajuda a consolidar), uma gradual penetração nos aparelhos administrativo e ideológico (informação, educação). Mas, e a experiência dos países de Leste é neste aspecto muito elucidativa, tal estratégia, que privilegia o poder de Estado sobre o poder social — ou melhor, para a qual a conquista do poder político se traduz na substituição dos aparelhos de poder de Estado e não na imposição revolucionária de um *novo poder* — exige o domínio dos aparelhos militar e paramilitar. Em Portugal, devido à própria génese da crise pré-revolucionária e ao papel que nela representaram as Forças Armadas, isso era não só tanto mais óbvio quanto mais fácil. De facto, a politização intensa das Forças Armadas, ou melhor, do aparelho militar, torna-se difícil em regimes de democracia burguesa, em que elas constituem um «corpo» mantido — não por acaso — «à margem da política». Convém recordar, de passagem, o exemplo chileno. Mas numa situação em que foram as próprias Forças Armadas a irromper pelo espaço político e a assegurar, em nome da legitimidade revolucionária (antifascista), o exercício de numerosas funções habitualmente do âmbito do poder político civil; mais, quando, dentro das F. A., se destaca, fundando-se nessa mesma legitimidade, uma espécie de «vanguarda» (o M. F. A.), heterogénea mas estruturada, que se constitui em autêntico aparelho político — então, estão reunidas excepcionais condições para um «proveitoso» trabalho de ocupação do poder *dentro* do aparelho militar. Na lógica de uma estratégia deste tipo, compreende-se por que, até bem poucos meses antes do 25 de Novembro, quando já se começava a desenhar o seu fracasso, o interesse e a acção do partido que a adoptou se tenha centrado nas

¹⁰ Que prefiguram, dentro desta estratégia, um futuro aparelho de Estado, (ou parte integrante dele — a «correia de transmissão», bem conhecida no «modelo» soviético).

burocracias sindicais, negligenciando as comissões de trabalhadores, nas burocracias municipais, negligenciando as comissões de moradores, nos oficiais e sargentos, negligenciando os soldados. Simplesmente, a luta de classes prosseguia o seu curso, ela travava-se a todos os níveis, à escala da sociedade com à da mais ínfima «comissão». Não eram os discursos «tranquilizadores»¹¹ do poder que impediam os mecanismos capitalistas de se manter em «autodefesa», e com isso ir aumentando o desemprego e todos os demais desequilíbrios económicos e financeiros — a classe dominante, como historicamente lhe compete, resistia. Nem era o controlo dos diversos aparelhos pelo dito partido «dos trabalhadores» que impedia estes de prosseguir ocupações, lutas de empresa, acções de massa, de acelerar a articulação de tais lutas com a dos soldados — as classes dominadas, inelutavelmente, afirmavam-se como *poder alternativo*, formulavam alianças revolucionárias «parcelares», que não encontravam eco numa «directão política» mais preocupada com outras coisas (e, pelo contrário, o facto de essa «directão política» potencial existir constituía obstáculo enorme a que *outra*, efectivamente revolucionária, emergisse das massas)¹².

Já ambos os processos iam bem avançados, ambos entre-

¹¹ A mistura, é certo, com outros «aterradores». A análise, por exemplo, dos discursos de Vasco Gonçalves, revelaria a extrema incongruência deste tipo de estratégia. A constante referência à necessidade de trazer para o «campo revolucionário» vastas camadas da pequena e média-burguesia, intelectuais, etc., de lhes «dar confiança», aliava-se uma incontida agressividade, uma «iluminação revolucionária» que, até pelo simples *gesto*, negava tais propósitos. «Dirigir o processo revolucionário» e dirigir ao mesmo tempo o «poder de Estado burgueses» conduz a tais becos sem saída.

¹² Numerosos outros pequenos partidos se *afirmaram* vanguardas revolucionárias, embriões do *autêntico* partido do proletariado. Alguns, bem poucos aliás, tiveram um certo papel na dinamização de acções pontuais — não mais do que isso. De facto, independentemente da megalomania ou da patente incapacidade da grande maioria dos seus dirigentes e quadros, o essencial está em que o «partido de massas» já existia, e esse *não actuava* como vanguarda revolucionária. Em tal situação, um novo avanço revolucionário só poderia sobrevir — mas em condições necessariamente mais desfavoráveis — após a falência da sua estratégia ser *reconhecida* pelas próprias massas. As eleições presidenciais de 27 de Junho poderão ter sido um primeiro indício desse reconhecimento.

gues a uma «espontaneidade» que tem por nome luta de classes — que não é um determinismo, mas uma *necessidade* que esmaga aqueles que a ignoram —, já rompia o Verão de 1975, quando o enorme logro das «divisões partidárias» produziu os seus inevitáveis efeitos. A mais primária visão das «desigualdades sociais» (de cuja *dinâmica* o conceito de «luta de classes» mais não é do que uma elaboração teoricamente fundamentada) repousa na ideia *vivida* de uma hierarquia social, ou de uma pirâmide social, em que uma minoria ocupa os lugares *cimeiros*, e uma maioria as camadas *inferiores*. A inserção, entre estas, das «camadas» intermédias, conduz-nos à expressão, facilmente apreensível, de «estratificação social»: as várias camadas ou estratos sobrepõem-se uns aos outros, como as formações geológicas sedimentares. Uma análise em termos de luta de classes consiste, então, para cada formação social, em tentar identificar as classes sociais — grosseiramente coincidentes com uma ou mais das tais camadas, se a «pirâmide» estiver construída segundo um critério de *domínio* político-económico, e não segundo uma escala de «rendimentos» — cujo antagonismo determina a dinâmica histórica dessa formação social, fundamenta o seu devir histórico. Tal análise deve ainda ser capaz de equacionar a forma como diversas classes ou fracções de classe se poderão associar ou articular, em particular nas fases de confronto decisivo. Estamos, pois, no campo da *horizontalidade* ¹³.

Ora o simples exame de um mapa de resultados eleitorais, com os partidos representados por colunas (imagem cómoda, mas em si não significativa, pois eles podem aparecer em

¹³ Sublinhe-se que não nos colocamos na perspectiva dos sociólogos que, ao estabelecer uma «estratificação social», assumem as relações de «superioridade-inferioridade» entre os sucessivos estratos como algo de socialmente *estático*, e dão a essa hierarquia um sentido eminentemente *estatístico*: exemplo da «neutralidade política» que pretendem mostrar como «cientistas», e que é uma evidente mistificação. Por isso referimos que a nossa pirâmide se baseava em critérios de «domínio político-económico», não facilmente apreensíveis pela estatística. E, ainda assim, acentuamos que se trata apenas de uma simplificação didáctica, que subalterniza o complexo campo das relações ideológicas.

linhas, o que em nada altera a questão), dá-nos a sensação visual de uma verticalização da divisão social, totalmente oposta à divisão *real*. É claro que o que acontece é bem mais complexo: os partidos políticos não mobilizam os seus aderentes ou simpatizantes em função dos seus *interesses de classe efectivos*, mas por meio de motivações diversas que exploram quer interesses imediatos supostos, quer factores ideológicos que se assumem como persistentes (e que assim se contribui para reproduzir). Como o que interessa, acima de tudo, é o número de votos que, por qualquer meio, se poderá conseguir, nenhuma manipulação, nenhum truque, serão excluídos, nem se pouparão energias e meios financeiros. A massa de apoio partidário constituirá então um «amalgama social», podendo praticamente cada partido estabelecer a «hierarquia social» dos seus próprios aderentes e militantes. É assim que o C. D. S. se pode gabar de ter nas suas hostes «assalariados», ou mesmo «operários» (se bem que, por certo, muito escassos). E que o P. C. P. contará com «empresários» (ainda que em reduzida minoria). É óbvio que, muito grosseiramente, se podem escalar os partidos, da extrema-direita à extrema-esquerda, *como se* correspondessem à «hierarquia» das classes sociais, mas não se deixará de constatar que os últimos, que deveriam *corresponder* à maioria que constitui a base (as «camadas» mais exploradas) da tal «pirâmide social», apresentam números francamente minoritários. Por isso, mesmo em fases de luta de classes muito aguda, em que o movimento social é muito violento e assume formas autenticamente *subversivas*, se pode chegar a resultados eleitorais altamente «civilizados», indicando uma grande «moderação do eleitorado». A lógica eleitoral-vertical e a lógica luta de classes-horizontal são incompatíveis. Um processo revolucionário não pode assentar naquela lógica, mas sim no *movimento social real* — é para este que tem de encontrar respostas. O que não significa que não se possa, ou mesmo *não se deva*, tirar todo o partido possível dos actos eleitorais e das contradições que revelam no seio das classes dominantes.

Voltemos ao dealbar do Verão de 75. O partido potencialmente revolucionário, com a sua estratégia de ocupação do aparelho de Estado, actuará finalmente à margem de qualquer destas duas lógicas: de facto, para se inserir plenamente na segunda teria de não ser Governo, para se inserir plenamente na primeira teria de não se *dizer* revolucionário. Assim se divorciou simultaneamente das massas *em acto* e das massas *em voto*. Já vimos que, do ponto de vista da sua estratégia, isso não era dramático — se *fosse possível* resultar. Só que não era. O «amálgama social» que contra si congregou obrigou-o a virar-se para as massas *em acto*, a descobrir à pressa as virtudes do «movimento popular». Descoberta táctica, já que, forte de quadros e capacidade de organização, o que na realidade procurou foi burocratizar e espartilhar no *seu* aparelho o dito movimento popular. Ou seja, paralisou-o e quase o destruiu. O que não quer dizer que, como se sabe, não tenham sido feitas, até Novembro, enormes mobilizações *físicas* de massas, espectaculares manifestações, inclusive com aspectos *aparentemente* de elevada carga «subversiva». Mas, como também se sabe, tais «acções de massas» passaram a estar integradas numa «estratégia de aparelho», que apenas visava a recuperação de posições de força dentro do poder de Estado. Quem tenha estado dentro do Palácio de São Bento quando da manifestação da construção civil, com o primeiro-ministro sequestrado, na noite decisiva, terá bem presente o extremo mal-estar dos dirigentes sindicais que, claramente ultrapassados pelas «bases», e não vendo saída para a situação (a inesperada cedência do primeiro-ministro afigurava-se-lhes então altamente improvável...), certamente se interrogavam mais sobre os prejuízos que daí adviriam para o «aparelho» do que com a sorte dos trabalhadores da construção civil — a quem dificilmente procuravam entreter lendo-lhes «telegramas de apoio».

Dirão alguns que, sem o P. C. P. no Governo desde o 25 de Abril, nunca teria havido nacionalizações, nem Reforma Agrária (não falo na terceira conquista, hoje tão invocada,

do «controlo operário», porque se trata justamente de um campo em que os avanços decisivos foram obra dos próprios trabalhadores nas suas empresas, das comissões de trabalhadores, e não das burocracias sindicais ou de uma acção patente daquele partido — e muito menos têm que ver com o facto de ele ter permanecido no Governo). Não é evidente. Como nem sequer o é o facto de que tais decisões a nível governamental¹⁴, embora sem dúvida muito importantes, devam ser consideradas *as conquistas fundamentais* das massas trabalhadoras — ainda que tal afirmação possa ser *a priori* apodada de blasfémia ou de heresia. Com efeito, tem pouco sentido, como se sabe, raciocinar em termos do que «teria acontecido se...». O que não significa que se tenha de aceitar sem análise crítica a atitude inversa de que «não poderia ter sido de outra maneira...», ou, o que vai dar no mesmo, de que se «adoptou a *única* estratégia possível na defesa dos interesses dos trabalhadores e do avanço do processo revolucionário...»

Resta, em face disso, tentar interpretar o que *de facto* se passou, em termos de luta de classes. Quais os factores essenciais que determinaram, no Portugal pós-25 de Abril, a abertura de uma crise pré-revolucionária? Se admitirmos como correctas as três características identificadoras de tais crises, trata-se, muito simplesmente, de procurar resposta para as seguintes três interrogações: o que impulsionou o desenvolvimento de formas de «duplo poder»? o que motivou a completa desarticulação dos mecanismos económicos capitalistas?, o que impediu o «poder de Estado» de encontrar soluções para a «crise»?

Quanto ao primeiro ponto, convém recordar brevemente a história do processo. Julgamos que ninguém discutirá a vigorosa espontaneidade das lutas desencadeadas, por todo o País, logo após o 25 de Abril. E, sobretudo, aquilo que nelas foi

¹⁴ Insistimos: *a nível governamental*. Pois o que tem de verdadeiramente revolucionário a Reforma Agrária, *conquista fundamental*, é ter sido uma verdadeira *acção de massas*.

mais surpreendente: o facto de, para além das reivindicações salariais e outras de tipo económico (subsídio de férias, décimo terceiro mês, etc.), serem numerosíssimos os casos em que se atacaram os *fundamentos* mesmos do sistema de exploração — as condições e os processos de trabalho, a hierarquia empresarial, a hierarquia dos «privilégios», o «patrão» (como opressor, como representante do sistema de exploração). Foram muito raras as lutas então conduzidas por sindicatos — que aliás se encontravam, necessariamente, em fase de «saneamento» e reestruturação —, mas já não tão raras aquelas que mereceram a reprovação (quando não a calúnia) do P. C. P., através dos seus órgãos ou via Ministério do Trabalho e dirigentes do M. D. P.¹⁵ Em nome da salvação da economia nacional foram explicitamente condenadas as greves «inoportunas» e certas empresas bem controladas distinguiram-se por uma moderação igualmente explícita (exemplo, C. P.). Isso não evitou que, ao longo do Verão, se tenham continuado a desenrolar conflitos politicamente importantes e, sobretudo, que já em Setembro se tenha dado um acontecimento — que os jornais quase ignoraram na altura, o que é bem significativo da conjugação de interesses do poder — de decisivo alcance: os fuzileiros, enviados para impedir a «marcha da Lisnave», abrem alas para deixar passar a manifestação operária certamente mais impressionante que em Portugal se fez desde o 25 de Abril. Até aí, as Forças Armadas, no mais alto do seu prestígio, tinham desempenhado em muitos casos um papel conciliador, nomeadamente por envio a empresas em conflito de representantes ou delegados da Junta de Salvação Nacional ou do M. F. A. Multiplicaram-se os «grupos de três oficiais» (um de cada ramo das F. A.), muitas vezes milicianos, incumbidos de tais missões: era a expressão mesma de um M. F. A. acima da luta de classes, uma espécie de juiz universal, em

¹⁵ Os autores do livro *Portugal depois de Abril* recordam que «a Intersindical chegou mesmo a promover em 1 de Junho uma manifestação em Lisboa contra a onda grevista», em que o ministro Avelino Gonçalves elogiou a «exemplar maturidade» daquela central sindical.

que quaisquer contendores (que, «por acaso», eram empresários, de um lado, e trabalhadores, do outro) depositavam as suas razões a fim de que encontrasse a mais justa solução. Em Setembro, soldados e oficiais vêem-se *envolvidos* na luta de classes. Quase simultaneamente, é a requisição e ocupação militar da T. A. P. e o caso da manifestação da Lisnave. Mas enquanto no primeiro as forças militares se podem autojustificar em termos de «interesse nacional», dadas as características da empresa, que presta um serviço público e cuja paralisação era denunciada como atentatória do «prestígio da revolução» perante estrangeiros, no segundo trata-se de uma proibição gratuita de uma manifestação operária, que tinha contra ela a célula do P. C. P. (que acabou por favorecer a sua efectivação, tal a indignação que provocou a sua posição entre os próprios trabalhadores) e o Ministério do Trabalho, que a não autorizou (!). Mais do que isso, as condições em que o caso se deu, pondo frente a frente umas dezenas de soldados e uns milhares de trabalhadores, obrigariam aqueles, se decidissem intervir (cumprir as ordens) a utilizar a força das armas. Não havia meio termo ou compromisso possível. Os soldados (e oficiais) *não cumpriram as ordens*: automaticamente, colocaram-se *de um dos lados* na luta de classes de que aquela situação era uma mera ilustração. Os conflitos graves que nessa altura se processavam a nível das cúpulas militares, entre Spínola e o M. F. A., centrados em particular em torno da descolonização, mas que ultrapassavam esse problema «crítico», desciam deste modo às «bases». A luta de classes instala-se abertamente, desde então, dentro das Forças Armadas: a contestação da hierarquia militar (e da sua mais significativa expressão — o R. D. M.) é a forma que mais obviamente assume. Isto é patente no período que se segue ao 28 de Setembro: a questão, então crucial, da institucionalização do M. F. A. será por certo mais bem compreendida dentro desta perspectiva, do que na outra, que geralmente foi a dos comentadores políticos da altura, de um «conflito» entre poder militar e poder civil. Ainda em 74 surgem as primeiras Assembleias

de delegados de unidade; defrontam-se, dentro das Forças Armadas, duas concepções opostas de «institucionalização»¹⁶; o *Boletim* do M. F. A. vai reflectindo as próprias contradições internas e, aqui e ali, aflora as questões fundamentais (por exemplo, no número de 24 de Dezembro, um artigo sobre «Disciplina Consciente e Hierarquia Dinâmica» é, nesse aspecto, exemplar; e já antes, no discurso na Academia Militar, Vasco Gonçalves abordava a mesma questão).

Entretanto, sucedem-se, no campo não militar, mas com ele intimamente ligados, os avanços populares: à contestação das hierarquias empresariais, aos saneamentos, seguem-se ocupações de empresas, formam-se «cooperativas de produção» (em empresas abandonadas ou encerradas), dão-se as primeiras ocupações de casas (a uma primeira vaga, em Maio, sucede-se outra, mais vasta, a partir de Novembro)¹⁷, força-se a intervenção do Estado em empresas (primeiro ao abrigo da legislação fascista, que mal sonhava vir a servir para tais

¹⁶ Cujos contornos se vão definindo gradualmente. Os respectivos princípios vieram publicados no *Expresso* de 15 de Fevereiro de 1975: «As duas alternativas de institucionalização do M. F. A.»

¹⁷ De *A Capital* de 10 de Maio de 1974: «A ocupação de 23 blocos residenciais em Chelas, ainda em fase de construção, por mais de um milhar de pessoas que habitavam bairros de lata na periferia de Lisboa, constitui uma das operações de iniciativa popular mais curiosas que se tem registado nos últimos tempos.» Do *Diário de Lisboa* de 11 de Maio: «Mais uma vez o movimento espontâneo das massas populares de Lisboa tomou a direcção de satisfazer, pela acção directa, as suas necessidades urgentes de habitação condigna, ocupando ontem, ao princípio da madrugada, no Bairro [de rendas económicas] da Madorna, na Parede, 84 fogos [ainda incompletos].» São apenas dois exemplos. Vítor Matias Ferreira escreve, em Dezembro de 74, a propósito das duas fases de ocupações: «(...) há que considerar dois momentos cronologicamente distintos: o primeiro, processado durante o mês de Maio (...) consistiu numa série de ocupações de casas construídas (ou a construir... o que implicou, nesses casos, um tipo de ocupação simbólica, sem apropriação imediata) resultante de empreendimentos imobiliários de carácter oficial (camarário ou não). (...) O segundo momento, muito mais recente, consistiu na ocupação de casas em edifícios votados, na generalidade, à demolição (...).» Em texto posterior, publicado na mesma obra, assinala o autor o «prolongamento» desta segunda vaga de ocupações, a partir de Janeiro de 1975, agora incidindo sobre casas vazias e devolutas. E sublinha a diferença de natureza entre a fase inicial (casas da Câmara) e esta segunda fase (casas particulares: propriedade privada). (V. M. Ferreira, *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política*, pp. 18, 20 e 62.)

fins — casos da Luso-Belga, da Fundação de Oeiras; depois ao abrigo do famoso Decreto 660/74, de 30 de Novembro). No campo, mais precisamente no Alentejo, o processo é mais lento, e é, numa primeira fase, quase integralmente controlado pelos sindicatos, bastante fortes na região, sobretudo no distrito de Beja. Mas os aumentos salariais e outras garantias obtidas pela primeira convenção entre o patronato e o secretariado dos trabalhadores rurais levam aquele a uma «retracção» e a numerosos despedimentos de trabalhadores sazonais. O desemprego no campo aumenta a pressão e impaciência dos trabalhadores rurais, sobretudo no que diz respeito às terras abandonadas ou subaproveitadas. Em 9 de Dezembro verifica-se a primeira intervenção do Estado, já no âmbito do Decreto 660/74, na Herdade do Outeiro, próximo de Beja. Próximo do fim do ano, a segunda convenção cria um mecanismo de colocação de desempregados que acaba por dar aos sindicatos um poder considerável, alargando a sua influência e a sua capacidade de controlo. As ocupações «ilegais» só começaram no princípio de Fevereiro, impulsionadas pelos alugadores de máquinas (receosos dos efeitos da lei do arrendamento rural) que arrastam consigo assalariados desempregados. Pouco depois, iniciam estes, por sua conta, a vaga de ocupações, que se intensificou nos meses seguintes.

Com este esboço queremos apenas referir que as massas não esperaram pelas alterações profundas subsequentes ao 11 de Março para afirmarem uma «nova legalidade», para se afirmarem como *poder* efectivo face ao poder de Estado. Praticamente «paralisadas» como instrumentos da ordem burguesa a P. S. P. e a G. N. R., era nas Forças Armadas, em particular no Exército, que a classe dominante confiava, em última análise, como garante da «ordem democrática». Simplesmente, a «subversão» não as poupou: as massas trabalhadoras eram, ao mesmo tempo, «responsáveis» por isso — pois o seu primeiro avanço de Abril-Maio era, no sentido literal, *irreprimível* — e «beneficiárias»: os avanços posteriores significavam justamente que o inimigo estava impotente, ou seja, que «tudo

era possível». Aliás, o exemplo mais típico desta situação foi, como é bem conhecido, o da «lei da greve» (27 de Agosto de 74), tentativa de «institucionalizar os conflitos», que estava destinada a ser, como foi, ignorada desde o primeiro dia pelos trabalhadores. O nascimento do «duplo poder», dos embriões de «legalidade revolucionária», é o contraponto da impotência do «poder legal», que só é poder enquanto dispõe de meios para sancionar os que se lhe opõem — numa palavra, para reprimir. A fase decisiva da Revolução Portuguesa situa-se neste primeiro ano e, muito especialmente, no período, a que geralmente se dá pouca atenção, entre o 28 de Setembro e o 11 de Março. De facto, antes do 28 de Setembro ainda se encontram em posição forte no «poder de Estado» os que — por «vocaçã» histórica, e, sobretudo, pelas suas íntimas ligações ao grande capital e a interesses coloniais — *têm vontade* de reprimir, embora já tenham dificuldade. Após o 28 de Setembro, há uma alteração importante a esse nível: a pequena-burguesia militar, que então assume a liderança política, generosa mas historicamente hesitante, vai começar a sua *polarização* política, vai aprender, na prática, a distinguir o «velho» do «novo», o passado do futuro, o capitalismo do socialismo. Vai ter de optar, em termos de luta de classes, não apenas fora, mas agora também *dentro* das Forças Armadas. Tanto basta para que estas percam a sua operacionalidade repressiva, e acabem por ir «a reboque» das massas¹⁸, como aliás todo o aparelho do poder oficial. Não é exagero dizer-se que se nesta fase a luta de massas se não intensificou espectacularmente, isso se deveu essencialmente a dois mecanismos sociais de controlo, que, melhor ou pior, funcionaram: o desemprego crescente (arma «automática» de defesa do sistema capitalista)

¹⁸ Recorde-se aqui o momento-chave do 7 de Fevereiro. Mas note-se que, ao libertar de aparelhos repressivos as «energias sociais», o que se faz, de facto, é *libertar* o próprio jogo da luta de classes. Também as forças reaccionárias encontram aí campo propício, nas zonas ideológica e economicamente mais vulneráveis, o que foi patente, sobretudo após o 11 de Março, no Norte do País.

e os aparelhos partidários, que conseguiram ir mantendo numa certa ordem as suas hostes (avizinhavam-se as eleições...).

O 11 de Março veio reforçar todo o processo que já se vinha desenvolvendo antes. Mas, enquanto o movimento popular vai conhecer um «novo pós-25 de Abril», agora a um nível já muito superior (entre Março e Maio multiplicam-se as ocupações de casas, de terras, de empresas, as comissões de trabalhadores e moradores adquirem um verdadeiro «poder», são *impostas* numerosas intervenções em empresas, verificam-se múltiplas iniciativas populares no campo cultural e social, etc., etc. — muitas destas acções avalizadas ou apoiadas pelas forças militares, em particular o Copcon), o partido *potencialmente* revolucionário preocupa-se sobretudo com o controlo do aparelho de Estado e dos aparelhos informativo e sindical, condenando mesmo com frequência aquelas formas de luta, a seu ver anarquizantes¹⁹. O duplo poder continuou a afirmar-se e a consolidar-se. Apenas um exemplo: em Junho viria a reunir-se em Lisboa a primeira Assembleia Popular, no Regimento de Engenharia 1, da Pontinha, congregando cinquenta e cinco comissões de moradores e vinte e seis comissões de trabalhadores. Simplesmente, este entusiástico e imparável movimento de base viu-se *politicamente* desapoiado. Sem uma direcção política que lhe desse a consistência de um autêntico contrapoder organizado, que com ele se «confundisse» e nele bebesse a sua própria legitimidade, foram naturalmente as forças reaccionárias que acabaram por retomar forças. Não foi a «divisão da esquerda», entendida como divisão entre os partidos de esquerda, que bloqueou o processo revolucionário.

¹⁹ Ainda em Fevereiro, também Vasco, no Sabugo, clamava que as ocupações de casas «não serviam a Revolução» e atribuía-as à «inconsciência» popular. E o presidente da C. M. L., destacado dirigente do M. D. P., dizia: «Quando o Estado se mostra incapaz de atender aos problemas da população, pede-se a esta que participe, mas organizada. O assalto é a anarquia.» Mais tarde, o Estado legaliza as ocupações, mas lamentando terem sido «feitas por via ilegal que não se poderá tolerar no futuro», pelo Dec. 198-A/75, de 14 de Abril. Mas determina, revelando a completa incompreensão do processo, que será punida qualquer nova ocupação «com pena de prisão até dois anos!» Repetia-se o que sucedera com a lei da greve, e mais tarde com a Reforma Agrária: as massas iam à frente do «poder».

Tal bloqueio resultou, sim, da divisão entre uma suposta «vanguarda», só interessada nos movimentos de aparelho (manipulando as massas na medida em que lhe convinha para esse objectivo), e um movimento popular entregue a si próprio. Nesse movimento popular tomaram parte militantes, ou simples votantes, de vários partidos; eles próprios reflectiam aquela divisão: enquanto integrados nas lutas e nas iniciativas populares, eles afirmavam um *poder* autónomo, capaz de violar as leis do *outro poder*, mas enquanto elementos partidários estavam manietados, separados uns dos outros, cada um ia ao seu comício, à sua delegação, cada um ia pôr a cruz num sítio diferente do boletim de voto. Só que esta última compartimentação partidária, aparentemente a *causa* da divisão, resultava de não haver um partido ou organização que *assumisse* as massas na sua unidade de luta na base (nos locais de trabalho, de habitação, etc.). Pelo contrário, foi a própria divisão partidária que acabou por prevalecer também a esse nível, por trazer ao de cima e acentuar contradições secundárias, por impossibilitar quaisquer alianças de classe²⁰.

Não se compreendeu (porque não interessava) o facto de que as estruturas do «poder popular» são, por si só, eminentemente *subversivas*, logo revolucionárias, ainda que em muitos casos nelas possam ter um papel importante elementos indecisos, pouco esclarecidos ou mesmo reaccionários. Se as

²⁰ Em 8 de Junho de 1975, explica Álvaro Cunhal num discurso em Montemor-o-Novo: «Actualmente fala-se muito de “querelas de partidos”. Esta expressão é inexacta e deforma a realidade. A questão é outra. A querela não é entre partidos. É sim entre partidos que se colocam contra o processo revolucionário e as forças (partidos ou não) que estão pelo processo revolucionário» (*Discursos*, p. 79). E daí parte para mais um vigoroso apelo à unidade de todos os trabalhadores, «que sofrem a mesma exploração e têm os mesmos interesses, qualquer que seja a sua maneira de pensar, qualquer que seja o partido a que pertençam» (*idem*, p. 80). Só que, na prática, era bem outra a acção dos dirigentes e militantes comunistas. Na sua intervenção, só recentemente publicada, na reunião do Comité Central, em Agosto (quando os erros cometidos se começavam a tornar patentes), diz Cunhal: «Em muitos aspectos o nosso sectarismo é tal que em grande parte pode ter contribuído para um certo isolamento social e político» (*idem*, p. 158).

Palavras tão claras nem mesmo depois do 25 de Novembro foram proferidas em público...

lutas forem bem conduzidas politicamente, eles acabarão por se integrar ou se desmascarar. Ao falar dos soviets no Tsing Kang, no princípio dos anos 30, referia Mao: «No princípio, os pequenos proprietários e os camponeses ricos fazem todos os esforços para entrar nos *comités* governamentais, sobretudo ao nível do cantão. Põem braçadeiras vermelhas, são muito activos, infiltram-se habilmente nos *comités*, tomam tudo na mão e reduzem os membros que são camponeses pobres ao papel de simples figurantes. Só se pode eliminar estes indivíduos dos *comités* quando são desmascarados no decurso da luta e os camponeses pobres se levantam contra eles.» Entre nós, isto foi totalmente ignorado. Em lugar de fazer progredir a luta de classes *no seio* das próprias comissões de base e órgãos populares, através da discussão e do esclarecimento político, buscou-se, sobretudo a partir de certa altura, controlá-las da forma mais sectária e antidemocrática. Houve casos, que conhecemos de perto, em que comissões de trabalhadores *já controladas* e dizendo-se a si próprias «inseridas no processo», se recusavam a cooperar com outras, em organismos intercomissões, por serem «reaccionárias» — isto em lugar de, pelo contrário, considerarem ser através dessa cooperação que deveriam surgir as questões políticas fundamentais, as contradições a ultrapassar, enfim a única unidade revolucionária possível. Marginalizar, em vez de discutir. Esconder as contradições, em vez de as enfrentar. Daí que tudo tenha *parecido* resultar das divisões partidárias. Daí que todas as alianças de classe se tenham revelado impossíveis, pois elas não se fazem com palavras: o movimento popular era o nível exacto em que se deveriam formular.

Passemos à segunda questão: o que motivou a completa desarticulação dos mecanismos económicos capitalistas? Não vamos desenvolver aqui o tema, já que ele nos ocupará adiante mais em pormenor. No entanto, parece-nos de sublinhar a tese de que não foi a existência de um Governo de «esquerda», nem sequer a presença nele do Partido Comunista, que esteve na origem desse processo. Com efeito, o sistema económico

capitalista vive da realização do lucro. A iniciativa privada, que o suporta, funda-se na *expectativa* do lucro. Ora, um dos elementos essenciais dessa expectativa é, necessariamente, o da confiança na estabilidade, não apenas económica, mas do «sistema» como um todo — com as suas componentes política e ideológica, em particular. A estrutura extremamente débil da maioria das empresas portuguesas assentava, nunca é de mais dizê-lo, em baixíssimos salários, mas também na apropriação privada (entenda-se aqui: pelo próprio empresário e sua família) da mais-valia, que era desviada para o consumo de luxo e para a especulação, enquanto se iam cada vez mais entregando nas mãos do crédito bancário. Excluindo os grandes grupos monopolistas e algumas grandes empresas, o capitalismo português funcionava «ao contrário»: acumulava capital-dinheiro, e meios de «multiplicar dinheiro», sem acumular capital produtivo. Acumulavam-se prédios, hotéis, e ultimamente acções e obras de arte. A mais-valia gerada na produção passava por estes sectores «mediadores» antes de voltar à Banca, que por sua vez (para além da sua própria actividade nesses campos) a voltava a introduzir no sector produtivo, agora sob a forma de crédito — para suprir os fundos (de maneio, de acumulação) que dele tinham, por aquele mecanismo, sido desviados. Foi assim que, num país pouco desenvolvido, o capital financeiro conseguiu, em poucos anos, concentrar um poder quase total sobre a economia, e ter nas mãos os destinos da grande maioria das pequenas e médias empresas. Bem se compreende, assim, que a componente económico-financeira daquela desarticulação dos mecanismos capitalistas tenha tido origem, logo após o 25 de Abril, nestas últimas — simultaneamente confrontadas com aumentos salariais que na generalidade não podiam suportar, com a cessação brusca das actividades especulativas (fecho da Bolsa; incerteza, logo «expectativa», quanto ao imobiliário), e com súbitos problemas de crédito, devido às próprias dificuldades do sistema bancário, a que a fuga de capitais e o entesouramento reduziam seriamente a liquidez — sem esquecer as «más intenções»... Despedimen-

tos, fecho de empresas, redução da produção, paragem de investimentos — enfim, aquilo a que se começou a designar por «sabotagem económica» e que, sendo-o *objectivamente*, deve ser entendido sobretudo como uma «reacção de defesa» do próprio sistema, isto é, a carta que *não pode deixar de jogar* a classe dominante (independentemente da consciência *política* que disso tenha cada um dos seus agentes), numa fase da luta de classes em que o adversário surge com uma inesperada força. Mas a esta componente económico-financeira soma-se outra, talvez ainda mais importante: a componente político-ideológica, isto é, a confiança na «estabilidade» política, na capacidade de assegurar o respeito pelas «instituições» e pela «ordem (ainda que democrática) estabelecida». Esta componente começa a ganhar forma logo após o 25 de Abril, face à natureza «pouco ortodoxa» de certas reivindicações, aos ataques à hierarquia e à instituição empresarial, à evidente politização anticapitalista de muitas lutas. Mas tais excessos são encarados em termos de «válvula de escape» e a moderação dos propósitos dos dirigentes políticos contribui para que o grande capital — para quem estas questões são as decisivas, pois, além de suportar mais facilmente os percalços de ordem económico-financeira, é a fracção dominante da burguesia, aquela que entende manter o Estado ao serviço dos seus interesses — continue optimista, se bem que expectante. Só que as palavras contam pouco em tais situações: quer as afirmações moderadas dos governantes, quer as «boas intenções» manifestadas pelos grandes empresários, pela C. I. P. (criada em Junho), pelo M. D. E./S. (com o seu gigantesco programa de investimentos, de Agosto), nada podiam face ao que acima ficou descrito — a constatação da inoperacionalidade dos aparelhos tradicionais de contenção-repressão das massas. Ainda aí, a luta da Lisnave terá representado um papel vital. Com efeito, não só era a demonstração desse facto, como se tratava de um conflito em torno do saneamento de um administrador, homem de confiança do grupo C. U. F., ou seja, um conflito que punha em causa o direito dos «grandes capitalis-

tas» a escolher, sem dar satisfações a ninguém, os seus administradores nas empresas dos respectivos grupos. O estado de espírito do grande capital é bem denunciado, afinal, através do discurso de renúncia de Spínola: «Clima de inversão de uma moral cívica à margem da qual se torna impossível a prática da democracia e da liberdade», «clima de ausência de lei», «anulam-se as leis do velho regime antes que novas leis regulem a vida política, social e económica do País, e mesmo algumas das leis já publicadas são impunemente escarnecidas [referência evidente à lei da greve]. Neste clima generalizado de anarquia em que cada um dita a sua própria lei, a crise e o caos são inevitáveis (...)». É claro que, do ponto de vista do grande capital, a penetração do Partido Comunista no aparelho de Estado e nas autarquias locais é parte deste processo de desagregação: só bem mais tarde se virá a constatar em que medida essa exclusiva preocupação por parte do P. C., relegando o movimento popular para o papel de «massa de manobra», contribuiu para o dividir e acabou por fornecer as armas (ideológicas) de que a burguesia se serviu na longa preparação do 25 de Novembro.

A partir do 28 de Setembro, com a definitiva inserção das Forças Armadas no processo de luta de classes, é óbvio que a situação económica não pode deixar de se agravar. Quer interna, quer externamente, cada vez estão menos reunidas as condições para uma «revitalização» económica que passa predominantemente pela *iniciativa privada*. É a fase do «anti-monopolismo». Partindo duma premissa correcta, a de que uma escassa dúzia de grandes grupos financeiro-industriais controlam a economia nacional (e haveria que acrescentar *internamente*, pois não se pode esquecer o elevado grau de dependência externa, incluindo a desses mesmos grupos), cria-se a ilusão de que uma política decididamente antimonopolista será suficiente para resolver tudo. É a tese; já bem conhecida dos tempos de Allende, de que «o poder político já está ao serviço dos trabalhadores, mas o poder económico ainda está por conquistar». É expressão de tal tese o seguinte passo

do famoso artigo «O M. F. A. — do Político ao Económico», do *Boletim* do M. F. A. de 12 de Novembro de 74, em que se atacava a equipa económica do III Governo: «Poder-se-á dizer que, neste momento, o poder político é detido por forças progressistas da sociedade portuguesa. Contudo, é importante não esquecer que, numa sociedade com as características da nossa, em que predominam as estruturas capitalistas, o elemento económico é o determinante, e este encontra-se, tal como em 24 de Abril, em poder dos grandes grupos capitalistas (capital financeiro) e dos grandes proprietários rurais, que algumas perturbações têm causado ao processo de democratização em curso. (...) O poder económico continua nas mãos daqueles que foram os grandes beneficiários do regime deposto em 25 de Abril.» Precisamente por essa altura, quando a questão do antimonopolismo diariamente vinha a lume (pouco tempo depois, em 13 de Dezembro, o M. D. P. «promovia» a operação policial «contra os monopolistas», que nada ajudava, antes pelo contrário, a esclarecer o problema de fundo), escrevíamos, em artigo na *Vida Mundial*, que hoje, após as eleições de 1976, adquire todo o sentido: «Há que pôr as questões com bastante clareza. Que, por *razões políticas*, seja indispensável tomar um conjunto de medidas “antimonopolistas”, é *indiscutível*: por um lado, a “reanimação económica” é *politicamente* vital e os principais detentores do capital não parecem capazes de (por desconfiança, pânico, simples falta de visão) ou interessados em (por óbvios motivos políticos) efectuar-lá ou favorecer-lá; por outro, as classes trabalhadoras não aceitarão serem elas, uma vez mais, a pagar a “conta” do fascismo (desemprego, inflação, repressão), o que necessariamente sucederia se ao poder económico fossem deixadas as mãos livres para “reanimar a economia” à medida das suas conveniências; e, por fim, mas não menos importante, o manter intacto o poder económico e financeiro dos grandes grupos não pode deixar de ter graves consequências “políticas” mais tarde ou mais cedo. Mas, inversamente, essas medidas antimonopolistas só o serão *de facto* se se inserirem num certo “pro-

jecto político” que, pelo que acima se viu, só pode ser, *em termos estratégicos*, anticapitalista: mantendo-se o sistema, não há, a prazo, medidas antimonopolistas que valham... Precisando: a criação de um forte sector de Estado, por exemplo, que efeitos terá se, na sequência de eleições, tomarem o poder forças políticas “neoliberais” ou “tecnocratizantes”? Mais: estará o Governo Provisório, até porque é provisório, até porque é de coligação, até por razões de ordem externa, em condições de visualizar um tal “projecto político”?» («Reflexões sobre Antimonopolismo», *V. M.*, 31-10-74).

Enquanto, como vimos, as massas populares «aceleram», devido a uma consciência crescente da ausência dos aparelhos repressivos, na conquista daquilo a que alguns chamavam «espaços de poder (ou de liberdade)», a tónica do discurso «progressista» a nível de Governo e dos aparelhos partidários é, no entanto, a de que a situação económica não é, de nenhum modo, alarmante. «O País não está à beira de ir para o caos económico. Ainda ontem, a Confederação da Indústria, que agrupa dezenas de milhares de empresas, o negou», diz Vasco Gonçalves no discurso do Porto, em 5 de Outubro de 74. Se há problemas, se a situação, apesar de tudo, não é famosa, se há desemprego (em fins de 74 já se estimava existirem para cima de 150 000 desempregados), tudo isso deriva da «sabotagem económica dos grandes monopólios e dos latifundistas». Simples, esquemático, eficaz para as «ingénuas cabeças» de um M. F. A. à procura de explicações lineares para questões um pouco mais complexas do que o «esquerda volver» ou o «ombro arma» — mas extremamente insuficiente para «arrastar as massas», por escamotear por completo o seu papel fundamental e insubstituível na construção de uma «nova economia», por lhes esconder a realidade económica e a sua inevitabilidade em termos de luta de classes, por lhes sugerir que os avanços decisivos vêm de actos do poder (medidas antimonopolistas, nacionalizações) e de que este pode estar «ao serviço dos trabalhadores» pelo simples facto de nele, por meio de arranjos e relações de força a nível de cúpula, terem

hegemonia partidos *que se dizem* progressistas, se não revolucionários. Adiante desenvolveremos as questões económicas, tal como se puseram após o 11 de Março, e buscaremos explicar como esses «grandes avanços» a nível do poder de Estado não puderam, afinal, ser tão decisivos quanto fora anunciado.

Por agora basta-nos constatar que, como segundo elemento identificador de uma crise pré-revolucionária, a «desarticulação dos mecanismos económicos capitalistas» se verificou de facto, e se agravou continuamente desde o 25 de Abril, em correspondência dialéctica com o primeiro elemento — a afirmação de um poder *efectivo* a nível das massas, o nascimento de uma *legitimidade* em avanço sobre a precária legitimidade do poder de Estado —, sendo ambos esses elementos igualmente determinados por e determinantes do desenvolvimento da luta de classes no interior das Forças Armadas, com a consequente paralisia da sua função agregadora-repressiva na sociedade.

O terceiro elemento, a incapacidade do poder de Estado para resolver a crise, não exige, por óbvia, larga dissertação. Por mais que se tenha mistificado a noção perigosa de «Estado ao serviço dos trabalhadores» (tantas coisas inspiradas de um Chile que se insistia em não ser...), nunca foi possível «convencer» os trabalhadores de que um aparelho de Estado burguês e intacto, manejado por uma coligação heterogénea de partidos mais ou menos progressistas, podia *de facto* estar «ao seu serviço»... Sobretudo quando o partido reputado mais progressista de entre todos era o que mais se preocupava com a «salvação» desse mesmo aparelho de Estado, procurando apenas colocar pedras de confiança nos seus postos-chave. Sobretudo quando, a cada passo, o Governo tropeçava na necessidade de «não afugentar os técnicos», de «não assustar o capital estrangeiro», de «não atemorizar os pequenos e médios empresários», sem compreender que era impotente (como se viu) para o fazer, já que isso eram mecanismos *normais* de defesa do sistema, face a uma situação de «insegurança» motivada pela ausência de «autoridade» e de meios para man-

ter a «coesão social» — autoridade e coesão social sendo expressões de uma *exigência* de repressão. O Governo viu-se, assim, constantemente ultrapassado pelas iniciativas das massas (em particular depois do 11 de Março), num papel de árbitro da luta de classes que não *podia* exercer, pois, numa fase extremamente aguda dessa luta, nenhuma das classes em presença nele depositava confiança, nenhuma delegava nele o *essencial* da defesa dos seus interesses: a defesa de uns residia na manutenção generalizada das relações de produção capitalistas, o que por si só fazia com que dia a dia piorasse a situação económica geral, bem como no trabalho ideológico que o próprio «vazio de autoridade» lhe permitia em áreas em que o «campo revolucionário» acumulara os erros e as divisões; a defesa dos outros era o ataque, contando «com as próprias forças», em toda a frente das lutas de empresa, da luta pela terra, pela habitação, pela saúde, era o assumir da autêntica «legalidade revolucionária», a partir da base. É claro que, sendo esta última a força *manifesta* e aparentemente *determinante*, e afirmada a «opção socialista» do poder e os seus propósitos «revolucionários», este acabava, necessariamente, por *ter de* legitimar os avanços das massas, ou seja, por *ter de* se colocar numa posição de árbitro *parcial*, o que ainda mais o incapacitava, se assim se pode dizer, para «resolver a crise».

Mas, é claro, é nesta fase que se torna fundamental a luta de classes dentro das Forças Armadas. A imprensa referiu-se muito a isso, sob a forma eufemística de «várias linhas» dentro do M. F. A. O «spínolismo», os «Nove», o «gonçalvismo» (na linguagem P. C. P.: a «esquerda militar»), o «Copcon» — que eram ou foram mais do que expressões dessa luta de classes? Expressões distorcidas, e de natureza não homogénea, que inclusivamente pareceram, em certos momentos, ao sabor das alianças necessárias, reflectir interesses ou conter projectos pouco coerentes. Por exemplo, é incontestável que o «spínolismo pós-25 de Abril» era o porta-voz de interesses capitalistas «modernos» ou «europeus» que jogavam na hipó-

tese de uma «democracia forte», tipo gaullismo, que simultaneamente lhes abrisse as portas da Europa e os fizesse beneficiar de um neocolonialismo que uma França ou uma Inglaterra tão bem souberam explorar. Hoje, o spinolismo aparece como uma autêntica aspiração aos «bons velhos tempos» do fascismo, ainda que mantenha uma frente de acção aparentemente democrática por intermédio, por exemplo, de um C. D. S., em cujo programa económico *explicitamente* democrático está contudo claramente inscrito o spinolismo «à maneira forte», que nada deveria, antes pelo contrário, ao fascismo que conhecemos. Esta mudança, que é *real* e não apenas aparente, resulta precisamente da agudização da luta de classes, que os grandes interesses capitalistas bem compreenderam ter tornado inviável uma pacífica democracia de tipo europeu. Face a este campo, o que, em termos de luta de classes, se opõe frontalmente *de facto* é o Copcon, enquanto representante objectivo das «massas populares em movimento». Só que, fundamental na cobertura e no alargamento do campo de acção da «legitimidade revolucionária», não tinha este núcleo militar possibilidade de assegurar uma direcção política ao movimento, de o aglutinar *estrategicamente*. Libertou energias, libertou *poder*, contribuiu muito para o aprofundar da crise pré-revolucionária, para inviabilizar o projecto de «capitalismo europeu», criou condições para uma «saída revolucionária», a certa altura obviamente a única que se podia levantar diante daquele projecto²¹.

Quanto aos «Nove» e ao «gonçalvismo»: esses são os elementos de *distorção*, os reflexos, no seio das Forças Arma-

²¹ Nota importante: cremos ser totalmente incorrecto afirmar que em 25 de Novembro estavam reunidas condições para uma tomada revolucionária do poder. Na realidade, *nunca* houve condições para isso, antes de mais porque o «partido dos trabalhadores» considerou prioritário estar no Governo e junto das cúpulas do M. F. A., e daí tomar o poder «por dentro». Mas, de qualquer modo, a partir de Julho de 75 só aparentemente se reforçou o campo popular: de facto, o potencial revolucionário decresceu seriamente pelas insanáveis divisões de origem sectária, tornando inviável qualquer aliança de classes. O que foi evidente na total passividade pós-25 de Novembro.

das, dessa questão *secundária* que é, como já vimos, a divisão partidária. Existe uma relação inversa estreita entre a força política destes dois sectores que, um e outro, se condicionam. Entre o 28 de Setembro de 74 e o 25 de Novembro de 75, o sector dos «Nove» (só como tal identificável a partir de Agosto de 75, mas com uma dimensão política precisa muito antes disso) tem um percurso extremamente próximo do Partido Socialista, no mesmo «amalgama social» bebendo as ilusões dum «socialismo em liberdade», fórmula vaga com fragrâncias suecas ou alemãs, tão vaga quanto as «classes médias» que buscava congregar. A sua grande força adveio-lhe, como era inevitável, do facto de ter o Partido Comunista virado costas ao movimento de massas, e adoptado uma estratégia obtusamente estalinista de conquista do aparelho de Estado. Foi isto, como também já referimos, que, deixando o movimento de massas sem direcção política revolucionária, impediu a formulação correcta de alianças de classe e entregou *individuos* cada vez mais desmobilizados (dos vários componentes da pequena e média-burguesia) nos braços do campo «Nove»-P. S., que, em conjunto com o sector estratégico «spínolismo-grande-burguesia»²², pôde ir engrossando politicamente até desembocar no 25 de Novembro.

Foi assim que, durante largos meses, tudo se passou *como se* o «processo revolucionário» português se decidisse a nível militar, *como se* o seu avanço ou retrocesso estivesse pendente das sucessivas contagens das armas e dos quartéis de que cada «linha» dispunha nos momentos mais críticos. Ao mesmo tempo que se considerava um verdadeiro crime falar publicamente em divisões ou conflitos internos entre militares: o M. F. A. era a eterna pureza do 25 de Abril, a coesão das Forças Armadas um intocável dogma, a «aliança Povo-

²² Seria um erro (que muitos cometeram) pensar que a grande-burguesia fora liquidada em Portugal pelas nacionalizações. Foi-lhe vibrado um golpe importante, mas, após mais de um ano, constatamos serem os seus interesses e a sua ideologia os que «comandam» de novo o poder de Estado — sob a curiosa capa constitucional da «transição para o socialismo».

-M. F. A.» uma necessidade. Um M. F. A. *acima* das classes, um M. F. A. «movimento de libertação»: como isso teria sido *original*... se fosse possível²³. Isto restitui-nos, afinal, ao início deste texto: a questão do poder *na sociedade* (da revolução social, em resumo) foi transferida, por razões de «estratégia partidária», para a disputa do poder *dentro do aparelho militar*. Fez-se crer às massas que o importante era o que se passava nos corredores ou nos gabinetes do poder militar e não o que se passava directamente com elas próprias, nas suas lutas quotidianas. O M. F. A. viria libertá-las (não o demonstrara já em 25 de Abril?), como qualquer D. Sebastião por quem há séculos esperamos... «A libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores» teria sido uma frase oca de teóricos respeitáveis, mas que se haviam esquecido, entre as suas hipóteses, do M. F. A. que um dia havia de aparecer em Portugal. Quando, afinal, até o 25 de Novembro estava inscrito nas suas análises!

Dir-se-á que, no decurso desta prosa, mal nos referimos à questão da descolonização, ou a outra, com essa fortemente ligada, que é a dos interesses imperialistas ou geo-estratégicos em torno do «problema português». De facto, interessou-nos mais a caracterização da situação portuguesa como a de uma «crise pré-revolucionária», e julgamos que a luta de classes interna é suficiente para justificar essa tese. O problema da descolonização e o da situação geo-estratégica portuguesa foram elementos com uma influência enorme no «jogo partidário», mas precisamente os próprios partidos, por interesses que bem

²³ Não nos pretendemos colocar fora das críticas que aqui fazemos: escrevemos, em Junho-Julho de 1975, dois textos, que inserimos no Anexo 2, em que parecia depositar-se ainda no M. F. A. as *chances* de salvar o processo revolucionário. Na realidade, a questão da luta de classes *dentro* das F. A. não se nos havia apresentado *até então* com suficiente clareza: é precisamente nesse momento que tomamos plena consciência das suas implicações e do beco-já-sem-saída a que irremediavelmente se chegara. Só que nos não parecia altura de açenar uma visão facilmente apodada de «catastrofista»; mas já aí se encontra a expressão «luta de classes dentro das F. A.», e temos o cuidado de «apelar» para um M. F. A. «acima dos partidos», nunca «acima das classes». No essencial, à parte certas formulações circunstanciais, voltaríamos a subscrever as análises aí contidas.

pouco têm que ver com a luta dos trabalhadores, escamotearam ou distorceram permanentemente essas questões, «pouparam» às massas coisas tão intrincadas e «complexas»²⁴. Quem se apercebeu, pela informação pública, antes do 28 de Setembro, de que terá sido o problema da descolonização o mais violento pomo de discórdia entre Spínola e o M. F. A.? Como era possível os trabalhadores portugueses compreenderem o que é a «luta de classes à escala mundial», quando as forças partidárias lhes escondiam o essencial do que se passava nas ex-colónias, condicionadas que estavam pelas necessidades do que julgavam ser (ou era mesmo) a estratégia americana, russa ou chinesa por aquelas paragens? O que podia isso interessar aos trabalhadores portugueses, face à «questão decisiva» que era um lugar de chefe de redacção num diário lisboeta ou o controlo das «campanhas de dinamização»? Quem terá podido aperceber-se, em tais condições, do papel que a vinda dos retornados e as «discussões de cúpula» em torno do 11 de Novembro (independência da República Popular de Angola) e do reconhecimento do Governo do M. P. L. A. terão tido na preparação do 25 de Novembro?

Estas duas questões²⁵ terão influenciado de forma decisiva o desenrolar dos acontecimentos em Portugal através de manobras de cúpula, de bastidores ou de serviços de informação, mas, ao nível a que nos colocamos, sobretudo através da autêntica conspiração do silêncio que sobre eles se fez. É claro que, depois do 25 de Novembro, as forças reaccionárias apressaram-se a quebrar o silêncio: a burguesia *pratica* a luta de clas-

²⁴ Os Portugueses só se aperceberam da tão apregoada «complexidade» do problema angolano quando depararam com a avalanche dos retornados, a partir de Agosto-Setembro de 75. Mas continuaram a não compreender nada do que por lá se ia passando. «A luta do povo português e a do povo angolano são a mesma luta» é verdade, mas não chega de nenhum modo para explicar a íntima relação entre os interesses imperialistas em Angola e Portugal. É mais um dos muitos *slogans* com que se julgou «mobilizar as massas» (o que não é o mesmo que levá-las ao Terreiro do Paço, a Belém ou a São Bento).

²⁵ Voltaremos à segunda, adiante, ao abordarmos a questão da «independência nacional», ainda que aí numa perspectiva predominantemente económica.

ses de uma forma bem mais consequente do que os «partidos do proletariado». Depois de, ao longo de ano e meio, ter podido accionar em primeira linha os mecanismos económicos, pode agora voltar a utilizar em força os mecanismos políticos — que lhe servem, inclusivamente, para atribuir aos «aventureirismos de esquerda» todos os males da economia!

Resta, enfim, uma última nota importante. Trata-se da caracterização da situação actual (Julho 76). Pois bem, dentro de uma correlação de forças substancialmente alterada, é indiscutível que *permanecem* os elementos definidores da «crise pré-revolucionária». De facto, *ainda* não está reconstituído o aparelho repressivo, ainda não é seguro que numerosas unidades das Forças Armadas avancem sem pestanejar para reprimir uma greve. Basta imaginarmos o que sucederia *hoje* num caso como o da Lisnave há dois anos. É claro que agora não iriam fuzileiros, mas as novas (??) G. N. R. e P. S. P. Mas, ainda assim, teriam as forças no poder já suficiente «confiança» para ordenar o banho de sangue? Que efeitos iria ter tal eventualidade dentro das próprias F. A.? E isto porque estão longe de se verificar as condições de «repressão interiorizada» que são as das chamadas democracias ocidentais. O simples facto de pôr tais interrogações significa que a força dos trabalhadores ainda é considerável, que não está consolidada a existência de um *único* poder — o poder instituído. O que, pelo seu lado, ainda não oferece suficientes garantias ao capital (nacional e estrangeiro) para a famosa «revitalização» económica²⁶. Ou seja, os mecanismos económicos capitalistas continuam longe de poder funcionar «normalmente». Face a isto, o Governo definitivo terá condições para «resolver a crise»? É altamente duvidoso. O que significa, muito friamente, que o desenrolar da situação pré-revolucionária se vai processar numa situação que é, actual-

²⁶ São disto expressão patente os «conselhos» facultados ao capital estrangeiro, em Maio passado, pelo dirigente da C. I. P. António Vasco de Melo: «[No que respeita à estabilização política], sob a superfície muitas incertezas persistem.» «O investimento estrangeiro só deve começar depois, quando a atmosfera política e económica se tiver clarificado, revelando os melhores sectores de investimento.»

mente, bastante desfavorável aos trabalhadores. Posto esquematicamente, o dilema pode ser expresso da seguinte forma (ver Anexo 3): ou o actual poder de Estado se consolida, o que, na situação portuguesa, é impensável sem um reforço considerável do aparelho repressivo (diferentemente das «democracias europeias», que têm conseguido manter a coesão social com aparelhos repressivos fracos, embora com uma violenta repressão ideológica), e será, sem falsas aparências, o autoritário agente da reestruturação do capitalismo — sob uma qualquer forma mais ou menos fascizante ou mesmo fascista. Ou se revigora o movimento de massas, que em si próprio venha a «gerar» uma direcção política consequente, e estará aberta, a prazo, a «hipótese revolucionária»²⁷. Não nos cabe, neste texto que se pretende sobretudo de análise, fazer previsões para um futuro que, aliás, admitimos *estará fortemente condicionado*, se não mesmo em larga medida *determinado*, pela evolução política em Espanha, Itália e mesmo em França — que poderia tornar mais viável do que de momento pode parecer a segunda alternativa. Mas cremos ser útil, a concluir, salientar a necessidade de acabar de vez com o ainda persistente em alguns sectores políticos «mito M. F. A.». Seria sim indispensável não voltar a «permitir-se» que as Forças Armadas aparentemente se excluam da luta de classes: a «neutralidade» das F. A. é uma bem conhecida arma da burguesia — que desemboca, quando necessário, num qualquer Pinochet. A propósito, não podemos deixar de nos assombrar quando vemos o P. C. P., na campanha presidencial, insistir na *indispensável* unidade das F. A., o que o leva a ver na

²⁷ A terceira alternativa, preferida pelo P. S., dificilmente poderá passar de uma «alternativa de transição», pois as alavancas essenciais que procurará accionar (o recurso maciço ao capital estrangeiro — ver pp. 189-190 — e os acordos de «pacificação social») revelar-se-ão inviáveis, pelas condições já expostas, e nem sequer dispensarão a utilização dos mecanismos normais de autocontrolo do sistema capitalista — inflação, desemprego, desvalorização — e uma intervenção «reequilibradora» do Estado, elementos que entrarão em contradição uns com os outros e não farão mais do que manter o estado de crise, o mesmo é dizer agravá-lo. A primeira das alternativas apontadas no texto acabará por se afigurar ao capital como a única possível. Será a hora que aguarda, entre outros, o C. D. S.

candidatura de Otelo, militar excluído do Conselho da Revolução, um perigo de divisionismo militar (ver discurso de Cunhal no Estádio do Bonfim). O P. C. P. gostaria de poder «congelar» a luta de classes para ganhar «credibilidade democrática» — é óbvio. Só é espantoso que não veja, a partir das lições do passado, o que essa tática tem de suicida, muito em particular quando alargada ao domínio militar, permitindo a reconstituição de umas Forças Armadas «neutras», isto é, dóceis e disciplinadas às ordens da burguesia.

b) *O impasse económico*
(notas sobre o pós-11 de Março)

Vamos debruçar-nos quase exclusivamente sobre o período que se seguiu ao 11 de Março, pois essa data marca uma substancial alteração na correlação de forças sociais, *de que é mais consequência que causa*. A nova configuração dos órgãos de poder político e militar cria ilusões em que muitos (nós incluídos) caíram, no clima de exaltação que então se vivia. É a partir daí que se começa a falar insistentemente na transição para o socialismo²⁸, já que se consideravam dados os «passos irreversíveis» que eram as nacionalizações e a Reforma Agrária²⁹. Quanto ao poder político, como se viu, o M. F. A. era

²⁸ A Assembleia do M. F. A. de 19 de Abril proclama «o carácter socialista da Revolução Portuguesa». O *Boletim* do M. F. A., espelho ideológico das «forças progressistas» e dos seus erros estratégicos, à mistura com a exibição (generosa, por certo) de uma inmensurável ignorância de militares recém-chegados à «análise política», distinguiu-se nesse verdadeiro frenesi verbal. Só no número de 8 de Maio de 75, a título de exemplo, vemos referência à «nossa democracia socialista» e, noutro artigo, a afirmação de que «estamos no umbral do socialismo!» (*M. F. A. — Motor da Revolução*, pp. 141 e 151). Talvez seja por essa altura que os que, em Maio de 76, apoiaram a candidatura de Costa Gomes à presidência da República, lhe descobriram «o seu pendor para uma adequada transição para o socialismo» (!!), expressão verdadeiramente surrealista que usaram num documento em que lhe manifestavam a sua confiança (*Diário Popular*, 24-5-76).

²⁹ Não deixa de ser curioso acompanhar um percurso verbal bem representativo, o de Álvaro Cunhal. Em 13 de Maio, na fase da grande euforia, dizia: «Será preciso viver bem pouco para não ver o socialismo em Portugal.» Em 8 de

o «motor da Revolução», o Estado estava «ao serviço dos trabalhadores»... Na realidade, tanto o Estado como o M. F. A. eram «corpos» trabalhados pela luta de classes, divididos e *deformados* pelas estratégias partidárias, que no fim de contas «avançavam» empurrados pelas massas trabalhadoras, pelo movimento popular.

As breves notas que se seguem, sobre alguns aspectos económicos, apenas pretendem levantar certas questões e interrogações, que são meros contributos para uma tentativa de resposta à dúvida central: porque *não pôde* um Estado dito ao serviço dos trabalhadores *servir os trabalhadores*, no sentido de levar as suas conquistas «às últimas consequências»? Porque comprometeu esse Estado o «processo revolucionário», porque criou condições que levaram o movimento popular à derrota de Novembro?

Recordamos a citação de Lenine já mencionada anteriormente (Cap. II, p. 156): «Não autorizar nenhuma despesa que não tenha um fim socialista.» Trata-se, muito simplesmente, de «investir no socialismo». Isso significa justamente que o poder político se vai servir do orçamento e dos sectores nacionalizados (sobretudo a Banca) para reforçar o *poder dos trabalhadores*, para impulsionar e apoiar as iniciativas que vão «no sentido do socialismo», para combater as resistências que

Junho: «O capitalismo monopolista, ao ser liquidado pela nossa Revolução, deixa-nos uma grave situação económica (...).» Em 2 de Agosto, já mais prudente: «A defesa das liberdades significa, ao mesmo tempo, a confirmação das grandes opções da Revolução Portuguesa, em direcção ao socialismo. Significa prosseguir uma política antimonopolista e antilatifundista.» Note-se: *prosseguir* quer dizer que afinal o capitalismo monopolista ainda não foi liquidado. Enfim, em 16 de Setembro, após Tancos, a «descida à terra»: «Para que voltasse o poder económico dos monopólios, para que as grandes empresas nacionalizadas voltassem aos grandes senhores da banca e da indústria, para que os agrários reconquistassem as terras expropriadas pela Reforma Agrária e que os camponeses regam com o seu suor e com o seu sangue, seria necessário que antes instaurassem uma nova ditadura, porque os trabalhadores portugueses estão firmemente decididos a lutar em defesa das conquistas da Revolução e não cederão facilmente essas conquistas, para que os sociais-democratas portugueses consigam ganhar a confiança do grande capital português, das multinacionais e dos sociais-democratas estrangeiros» (*Discursos*, pp. 16, 74, 122, 210).

o funcionamento da lei do valor vai levantar sob a forma de «degradação económica». Maurice Dobb, ao comentar um ensaio do economista polaco Oskar Lange, diz o seguinte: «O Dr. Lange oferece convincentes razões económicas pelas quais a transição para o socialismo não pode ser resultado de um processo de “gradualismo económico” — isto é, que “um Governo socialista realmente decidido a implantar o socialismo tem de escolher entre fazê-lo de um só golpe³⁰ ou abandoná-lo definitivamente”; “só existe uma política económica recomendável a um Governo socialista como a mais adequada para alcançar êxito”: “uma política de *arrojo* revolucionário”» (Dobb, p. 157). As situações concretas que ao Governo se deparavam após o 11 de Março impunham tal «arrojo revolucionário» — mas isso exigiria uma estratégia revolucionária coerente, na realidade inviável em termos de uma coligação partidária heterogénea e do seu reflexo no poder militar. Com efeito, as mais simples medidas tendentes a «investir no socialismo» adquiriam um tal carácter de *ruptura* que assustavam inclusivamente aqueles para quem a revolução era uma mera substituição de aparelhos, e portanto se teria de fazer de forma relativamente «ordenada»³¹. Alguns exemplos se podem dar.

O *deficit* orçamental e o seu aumento imparável eram um

³⁰ É óbvio que esta frase não pode ser interpretada literalmente: não se trata de implantar o socialismo de um só golpe, mas, é claro, de tomar *muito rapidamente* medidas que inviabilizem a acção demolidora dos mecanismos capitalistas, que dêem aos trabalhadores uma posição favorável no campo económico da luta de classes, a qual, escudada no «poder político», abra *de facto* a transição para o socialismo.

³¹ Carr assinala a atitude justamente inversa dos bolcheviques em relação ao movimento de massas, entre Fevereiro e Outubro de 17. «No que respeita aos sindicatos e aos *comités* de fábrica, os bolcheviques até ao momento da Revolução de Outubro tinham todos os motivos para apoiar os *comités*, que eram de configuração revolucionária e tinham uma maioria bolchevique, contra os sindicatos favoráveis a uma organização ordenada do trabalho e que eram predominantemente mencheviques» (BR-II, p. 108). Na fase pré-revolucionária, os bolcheviques estavam com o movimento de massas, ao nível dos militantes de base. Já vimos porquê, nos anos cruciais que se seguiram a Outubro, as condições objectivas favoreceram a «inversão burocrática».

dato indiscutível, uma das formas pelas quais a «degradação económica» se manifestava. Ora o Orçamento do Estado (e o seu controlo) não sofreu qualquer alteração de *natureza*, nunca foi olhado como um instrumento privilegiado de acção política. Quando, afinal, o menos que se pode exigir a um Governo revolucionário é que seja capaz de *violar* as regras, a legalidade com que, para ser revolucionário, terá necessariamente de romper. Violar como? A mais elementar dessas «violações» seria a de curto-circuitar os morosos mecanismos burocráticos que impedem que os meios financeiros cheguem *onde têm de chegar* em tempo útil (e em tais períodos esse tempo útil é extraordinariamente curto — como se viu). Mas isto era impedir, ao mesmo tempo, o «rigoroso controlo de receitas e despesas» que Salazar tão pacientemente montou: era o salto no desconhecido, na «anarquia total», na revolução afinal. De facto, tão óbvia simplificação implicava uma *total confiança* naqueles que iam utilizar esses meios financeiros e, em última análise, nos seus destinatários finais, que *não poderiam ser* outros que os próprios trabalhadores. Falou-se muito em «governos de campanha»: é bonito, mas foi coisa que nunca houve. Um Governo de campanha em que os ministros não se sentissem ministros, dispensassem as decorações dos gabinetes e os *Mercedes* às ordens (bem como outros «atributos do poder»), se rissem do Tribunal de Contas e do canto certo do papel em que devem «dar o despacho», se preocupassem menos com as manobras de corredor, os jogos de influências, os conflitos «de prestígio», os telefonemas «secretos», a vigilância mútua, etc., etc. — isso nunca houve e, de facto, não poderia haver. Isso seria diluir o poder de Estado no sentido «clássico»: era criar o poder de Estado revolucionário. Não se imagina Lenine pedindo a Trotsky, ou Fidel pedindo a Guevara, os papéis de «autorização de despesa» ou de «cabimento de verba» vistos por um qualquer Tribunal de Contas pré-revolucionário! É toda a diferença entre um poder revolucionário e um Governo bem ajuizado e respeitador como *todos* os que por cá se intitularam «ao serviço dos trabalhadores».

Não é um problema de boas ou más intenções individuais, nem sequer do sector político mais à direita ou mais à esquerda a que pertencem os agentes do poder: é uma máquina de Estado que foi feita para reproduzir um sistema de dominação e que pôs os novos governantes *também* a reproduzi-lo, já que não tinham *força colectiva* para a destruir. E os trabalhadores bem se aperceberam disso, que nunca viram em qualquer Governo Provisório o *seu* Governo — pois saltava aos olhos que não era. Ora só eles lhe poderiam dar a tal «força colectiva»...

Voltando ainda ao Orçamento. Já se pensou a verdadeira «revolucionarização» que constituiria a atribuição directa de verbas a comissões de moradores e de trabalhadores para realização de obras, de estudos, de pequenos investimentos, para fomento da cooperação entre empresas, apoiadas por «brigadas móveis» de técnicos (tantos deles sem emprego) e pelas unidades militares³² e sem que tivessem de prestar contas a não ser aos seus próprios «colectivos»? Já se avaliou o «capital de confiança», a mobilização, o despertar da inventiva e da iniciativa populares que tal acção motivaria? É certo que muitos ficariam abismados e perguntariam: «Para onde foi esse dinheiro?» Ao que alguém responderia sem hesitações, como Otelu no caso das armas: «Está em boas mãos!» Mas, uma vez mais, isso seria o próprio arrojo revolucionário — o tal arrojo que não têm os revolucionários de aparelho...

É claro que o Governo se paralisava a si próprio em nome de compromissos imaginários. No momento em que a luta de classes revelava uma situação de força e de ofensiva do movimento popular, o Estado recusava-se a «tomar partido» e con-

³² A simbiose soldados-trabalhadores, nunca é de mais dizê-lo, é condição mesma do avanço revolucionário. Hughes e Luard referem-se deste modo à actividade produtiva nas zonas da China do Norte controladas pelo P. C. Chinês após a Longa Marcha: «[Para além das pequenas oficinas de munições], havia também minas de carvão e de sal; pequenas fábricas de artigos como papel, sabão, sapatos, botões e utensílios de cozinha; um jazigo petrolífero e uma fundição de ferro, tudo num estado primário e de pequena envergadura. O exército explorava uma grande parte destas realizações e empregava soldados como operários» (DE, p. 131).

tinuava a adoptar (para si próprio, apenas) a imagem, que os Estados burgueses tanto gostam de apregoar, de quem páira «acima das classes», de árbitro da luta de classes. De facto, personalizado o inimigo no «capitalismo monopolista», e «liquidados os monopólios» (segundo a expressão de Cunhal), haveria apenas que arbitrar contradições secundárias. Exemplos: «não podemos atacar-nos ao salário máximo porque isso irá afugentar os técnicos» — que se iam embora, e continuaram a ir não por questões salariais, na maioria dos casos, mas pelo próprio processo de luta de classes dentro das empresas. Nunca nenhuma revolução conseguiu reter os técnicos e os membros de profissões liberais mais enraizados no «sistema», na sua ideologia, no «modo de vida burguês». E, para os que ficam, a motivação principal não poderá ser a da garantia de um salário muito elevado, mas sim o empenhamento numa tarefa colectiva que fará um exigente apelo à sua imaginação e aos seus conhecimentos. Mas isso pressupõe uma direcção política do movimento de massas que coloque frontalmente estes problemas à discussão das massas, de modo a que fiquem claramente definidos os seus inimigos e os seus aliados: o que, em particular em certos casos (e o dos quadros técnicos é um deles, já que sempre foram *vistos*, na sua maioria, como «agentes do capital»), é extremamente difícil *durante a fase pré-revolucionária*.

Outro exemplo: «Há que combater as ocupações de casas pois isso terá reflexos catastróficos na indústria da construção civil e nas remessas de emigrantes (muitos deles proprietários ausentes, alvos fáceis dos ocupantes)». Uma vez mais se não entende que a iniciativa privada no sector imobiliário já se encontrava praticamente paralisada muito antes de se terem iniciado as ocupações de casas, por razões que têm muito mais que ver com a «situação política geral», com a anulação das perspectivas de especulação (a «lei das rendas», de 12 de Setembro de 74, por exemplo), e com o sentimento de «não autoridade» do Governo, de que as ocupações de casas viriam a ser apenas um aspecto. E, *sobretudo*, não se entende que,

justamente, tudo isso sucede devido ao desenvolvimento da luta de classes, razão também pela qual *não se tem meios* para impedir as ocupações. Uma vez mais, uma falsa arbitragem de interesses de classe, que se defrontam independentemente do que o Governo diga ou não diga, faça ou não faça. E, do ponto de vista do Governo, resulta daí a total inoperância, pois nem «anima a construção», nem é capaz de a relançar por meios «revolucionários»: vai enleiar-se na teia dos «organismos competentes» (completamente burocratizados), das aprovações das Câmaras, das intermináveis expropriações — ou seja, os mecanismos de que se servia o Estado fascista para empatar a já de si ínfima parcela da iniciativa pública num sector que era o Eldorado da especulação privada³³. O mesmo se poderia dizer no que se refere aos emigrantes: se as ocupações de casas de emigrantes eram objectivamente um erro político, ele só podia ser evitado por um trabalho político *no seio das massas* e não por qualquer impotente decreto governamental. Aliás, também aqui, as ocupações de casas de emigrantes eram *apenas* um elemento mais entre os que lhes davam um sentimento de insegurança quanto às poupanças que por cá tinham ou se propunham enviar. A forte redução das remessas de emigrantes seria um dos prováveis preços de um desfecho revolucionário do processo português: de qualquer modo, tal eventualidade só poderia ser combatida por meios políticos, e estamos longe de excluir a hipótese

³³ Deve assinalar-se aqui o caso muito específico das operações S. A. A. L. (Serviço Ambulatório de Apoio Local), lançadas em Agosto de 1974 para apoio técnico e financeiro a acções a empreender pelas populações de bairros de lata e zonas degradadas. Por esta via foram efectivamente concedidos subsídios a fundo perdido a associações de moradores e cooperativas de habitação constituídas por iniciativa dos interessados. Das contradições e ambiguidades do processo dá conta Vítor Matias Ferreira no seu texto já citado (ver nota 17). Vai mesmo ao ponto de afirmar: «Neste momento (Junho 1975), o S. A. A. L., tal como foi projectado, encontra-se praticamente “esgotado”. (...) a *questão do alojamento* continua praticamente no mesmo ponto em que se encontrava antes de 25 de Abril» (*op. cit.*, p. 59). É na esfera do que chama o «político-institucional» que reside, segundo ele, a questão essencial. A acção do S. A. A. L. estava (e está) estreitamente dependente das burocracias camarárias e de outros organismos públicos (cedência de solos, expropriações, preparação de infra-estruturas, financiamentos, etc.).

de que fosse viável levar uma parte considerável de emigrantes, eles próprios, a «investir no socialismo». Mas isso faria parte da tal grande mobilização de energias revolucionárias que nunca chegou a ter lugar. E que seria, obviamente, o contrário mesmo da actuação sectária de uma burocracia sindical de bancários que mais não fez do que manejar o seu imenso «brinquedo» como ilusório «aparelho de poder», conseguindo com isso dividir os trabalhadores — entre os quais os emigrantes — até ser gradualmente varrida (substituída por outra, mais precisamente) ao sabor de sucessivas eleições sindicais.

Isto conduz-nos a outro meio, totalmente desprezado, de «investimento no socialismo»: os sectores básicos nacionalizados. Sublinhamos de novo, desde já, que tal instrumento não foi assim desprezado por desatenção, incompetência ou outra qualquer razão mais ou menos subjectiva. Foi-o porque não havia condições para não o ser. Já vimos que, nos três processos revolucionários que examinámos (Rússia, China, Cuba), as nacionalizações foram efectuadas, e nem sempre «de uma penada», *após* a conquista do poder político. E em todos eles, de resto, foram completados com a nacionalização do comércio externo, condição que também observámos ser indispensável como barreira ao revigoramento das relações de produção capitalistas pela via do sistema mundial de preços (ver Cap. II, p. 173). Pelos seus efeitos políticos, quer nacionais, quer internacionais, esta última medida *só pode* ser tomada por um poder revolucionário. Não é por acaso que, sempre que as nacionalizações foram feitas fora desse contexto, ainda que em situações pré-revolucionárias (caso do Chile, por exemplo), elas nunca abrangeram o comércio externo global; quando muito um ou outro sector do comércio externo — mas isso acontece em qualquer país capitalista para determinados produtos essenciais, por exemplo os cereais e certas matérias-primas «estratégicas».

Ora sucede que, continuando a funcionar, ainda que muito desarticulados, os mecanismos capitalistas e, sobretudo, um sistema de preços «ligado» aos preços internacionais, *não é*

possível tirar partido das nacionalizações de forma a reforçar as «relações de produção socialistas» — quanto mais não seja porque estas *de facto* não existem. Daí que no Chile, como acima mencionámos, se tenha inclusivamente reforçado o sector privado à custa do congelamento de preços do sector nacionalizado. Entre nós, de resto, as coisas não se terão passado de modo muito diferente: é desnecessário proceder a complicados cálculos para concluir que os largos milhões de contos de prejuízos das empresas nacionalizadas em 1975 se foram distribuir pelo «sistema». Simplesmente, por razões que terão que ver com a débil estrutura financeira das empresas portuguesas e com o «tipo» muito mais diversificado de dependência internacional (bem como com o «traumatismo» muito maior que foi o 25 de Abril), o mecanismo «keynesiano» que funcionou bem no Chile no primeiro ano da Unidade Popular, actuou escassamente em Portugal: enquanto no Chile, por exemplo, nesse ano de 71 baixou substancialmente o desemprego, em Portugal não deixou de aumentar desde o 25 de Abril. Nessas circunstâncias, aqueles vultosos prejuízos terão sobretudo tido o efeito de «camuflar» a inflação, mais do que contribuir para uma substancial acumulação no sector privado. O Estado terá, por essa via, simplesmente «aguentado» parte do sector privado, fornecendo-lhe meios para suportar os aumentos salariais e minorando-lhe os prejuízos — o que não exclui que muitas empresas tenham realizado lucros e dado o seu quinhão a uma inflação que, aliás, era alimentada por mil outras vias. Por este e outros meios terá sido possível escondê-la, mas, não tendo sido destruído o capitalismo, ela acabará por vir espectacularmente à superfície. Também neste ponto o C. D. S. é bem claro: «Embora o modelo [que se propõe para a reconstrução económica] aceite um nível muito elevado de inflação como um preço a pagar, indiscutível pelo período anárquico em que o país caiu (...); o que, na sua óptica, está longe de ser suficiente: «De facto, não basta utilizar o mecanismo inflacionista para desvalorizar o salário

real (...)» (*Programa Global para a Reconstrução da Economia Portuguesa*, pp. 16 e 21).

Interessa aqui assinalar, aliás, a espantosa mistificação ideológica que consiste, por parte da burguesia (sobretudo dos sectores mais reaccionários), em denunciar os avultados prejuízos das empresas nacionalizadas como um autêntico crime social, resultado combinado de loucuras estatizantes e incompetências desmedidas, que está a ser pago «pelo povo português». Não menos espantoso poderá parecer ainda que enfileirem neste coro muitos dos mais importantes dirigentes do Partido Socialista, sobretudo se nos lembrarmos que em Inglaterra são alvo de ataques similares os seus «camaradas» trabalhistas! Ainda recentemente a revista *Fortune* atacava violentamente a política trabalhista de nacionalizações, que «ao longo dos anos, já custaram cerca de 18 000 milhões de dólares ao contribuinte britânico». Entre outras coisas, porque «se pede às empresas estatizadas que forneçam um certo número de serviços sobre os quais, com a melhor vontade do mundo, elas não podem realizar lucros». Exemplos: «O Governo tem por política manter em actividade as minas de carvão do Sul do País de Gales, que não são rendíveis, e fazer circular comboios até aldeolas onde já ninguém vai.» Mas, mais adiante, o autor reconhece: «A triste realidade é que a maioria das empresas que o Estado tomou a seu cargo foram arruinadas pelos seus antigos dirigentes, homens do sector privado, e que estavam ameaçadas de desaparecer.» E mais cruamente ainda: «Utilizar fundos públicos para fazer investimentos que o sector privado não quis efectuar pode parecer perverso, mas é evidente que há que fazer qualquer coisa» (tradução *L'Usine Nouvelle*, Abril 76). Aí está, bem transparente, a grande mistificação: a sociedade só tem direito a serviços que sejam rendíveis (os habitantes da tal aldeola que se arranjam!), mas como se reconhece haver actividades socialmente necessárias que o não são, e portanto não interessam ao sector privado, o Estado *tem mesmo* de fazer alguma coisa — ou seja, suportar os investimentos não lucrativos, que de início violentamente

se atacaram... Tais investimentos, o suporte financeiro de tais empreendimentos, são afinal condição do «funcionamento global do sistema», factor indispensável de «coesão social» e, o que nunca se diz, contrapartida da acumulação privada — que beneficia do fornecimento de bens e serviços a «preço inferior ao custo» (isto é, inferior ao que uma empresa privada poderia facultá-los).

Isto mostra bem que não há *meio termo* para o «destino» das nacionalizações. Se o sistema se mantém capitalista, se é esse o modo de produção dominante, apenas há duas alternativas para gerir empresas nacionalizadas: ou se faz questão do seu equilíbrio financeiro, se lhes dá o carácter estritamente comercial e se busca a sua rendibilidade «normal» e, sendo assim, elas em nada se distinguirão das empresas privadas³⁴; ou se adopta, em relação a elas, uma óptica de serviço público, ou seja, se põe essas empresas a vender produtos ou prestar serviços abaixo do seu valor (donde os tais imensos prejuízos). Como é a lei do valor que comanda todo o sistema económico, o que se passa nesse caso é uma transferência de valor para o sector privado (temos de novo o exemplo do Chile). A tal grande mistificação dos sectores da burguesia que atacam as nacionalizações torna-se bem patente após esta análise: eles enunciam um problema de «racionalidade económica», mas de facto a questão que põem é eminentemente

³⁴ Poderá argumentar-se que as mais-valias produzidas irão ser eventualmente utilizadas pelo Estado para «fins sociais», ou mesmo para «combater o sector privado». Pura ilusão. De facto, tais fundos não poderão deixar de ir *reproduzir o modo de produção dominante*. Ou vão ser aplicados em «serviços públicos» (educação, saúde, etc.), o que «compete» a qualquer Estado capitalista como contributo para a «reprodução da força de trabalho» e, em certos aspectos, para manter o «valor» da sua reprodução (por exemplo, uma «assistência médica» barata ou mesmo gratuita faz baixar o valor da força de trabalho — o salário). Em tal caso tudo se passa como se as empresas nacionalizadas fossem privadas e o Estado lhes fosse buscar os fundos por via fiscal. Ou vão ser reinvestidos na produção, e aí repete-se o mesmo raciocínio: ou são investidos segundo uma lógica capitalista (o que é natural dado ser esse o critério, nesta hipótese, de gestão do sector nacionalizado), ou vão subtrair-se a essa lógica (investimentos não rendíveis, que não interessam ao sector privado), e então caímos na segunda hipótese, que no texto a seguir se analisa.

política. Eles sabem que, a manter-se o sistema capitalista, será o sector privado o beneficiário das nacionalizações. Uma vez mais, neste ponto, o C. D. S. não deixa margem a dúvidas quando diz: «Não nos preocupa a rendibilidade dos bancos, mas sim a função que terão de desempenhar dentro do modelo» (*op. cit.*, p. 18). E especifica qual a função: «Um maior controlo do crédito e uma grande facilidade administrativa na sua obtenção por parte das empresas» (*idem*). Afinal, o C. D. S. não se inquieta tanto como isso quanto aos prejuízos do sector nacionalizado... desde que ele vá contribuir para a «reconstrução da economia» privada. Entretanto, enquanto o sector bancário público terá os seus prejuízos justificados por este «nobre» objectivo, os antigos accionistas da banca nacionalizada poderão, com base nas indemnizações, constituir sociedades financeiras, a que se prevê que o Estado conceda empréstimos, e que serão naturalmente o núcleo de reconstituição do capital financeiro privado, esse, é claro, livre de fazer os lucros que entender. Utilizando a linguagem do articulista da *Fortune*, diríamos que «pode parecer perverso», mas é certamente eficaz — se se der largas ao C. D. S. E mesmo que se não dê, que outro Governo, no quadro do capitalismo, poderá actuar de outro modo? A diferença é que o não exprimirá com tanta clareza...

Não há, pois, repetimos, meio termo para o «destino» das nacionalizações. A *outra* função que poderiam ter pressuporia, obviamente, um poder revolucionário. Nesse caso, com as reservas já feitas, entraria em acção um mecanismo do tipo «lei da acumulação socialista primitiva». Independentemente de realizarem ou não excedentes, a questão central seria *política*: o Estado utilizar-se-ia do sector nacionalizado para reforçar o sector de economia socialista, para reproduzir relações de produção socialistas, para introduzir o critério do «efeito social útil» máximo por oposição ao do lucro máximo.

Como se encararam as nacionalizações depois do 11 de Março? Da forma mais voluntarista, ignorando a situação *real* da luta de classes, imaginou-se que o simples facto de apre-

goar aos quatro ventos que tais empresas estavam agora «ao serviço do povo» iria, só por si, alterar as relações de produção e os «comportamentos sociais». Não só a adesão dos trabalhadores dessas empresas a essa perspectiva esteve longe de ser total — e bem se compreende porquê, se recordarmos a sua não adesão à versão do «Estado ao serviço dos trabalhadores» —, como as nacionalizações vieram trazer ao de cima numerosas contradições *entre* os próprios trabalhadores dessas empresas. Para além disso, uma vez mais, a acção partidária desfigurou por completo um problema que era *solúvel* no quadro da luta de classes por uma direcção política consequente do movimento de massas, e fez das empresas nacionalizadas centros de conflitos partidários a todos os níveis e alvo privilegiado dos «revolucionários de aparelho» — o que também se compreende pois as administrações das empresas nacionalizadas constituíam (e constituem) lugares estratégicos de um poder interessado sobretudo na conquista de «clientelas», a «burocracia monopolista».

Estão por averiguar, por exemplo, os efeitos que terá tido sobre o movimento revolucionário a acção da banca nacionalizada. Mas foram numerosos os casos conhecidos em que essa actuação foi fortemente divisionista e, portanto, se traduziu em consideráveis prejuízos para aquele movimento. Ou seja, pode presumir-se, sem grande margem de risco, que a «arma do crédito» foi utilizada preferencialmente não para fazer «avançar o processo», mas consolidar e alargar influências políticas (mais precisamente, partidárias) — não para reforçar a unidade popular, mas para conquistar «clientelas». As práticas discriminatórias (em favor de «certas» comissões administrativas de empresas, no domínio do crédito agrícola, etc.) são apenas um dos aspectos deste tipo de actuação. Mas convém recordar também os casos de instruções que chegavam à Banca sem que sequer o Ministro das Finanças disso tivesse conhecimento (por exemplo, as alterações ao crédito automóvel logo no início do IV Governo); os casos de autênticas aventuras em que eram lançados trabalhadores a troco

de «promessas de crédito» e que se destinavam, de facto, a forçar a «intervenção do Estado»³⁵, em geral traduzida pela nomeação de gestores «de confiança» (por exemplo, a acção do Grupo de Intervenção e Estudos para o Sector Têxtil constituído pelo sector bancário do Porto, que a certa altura chegou mesmo a preconizar a nacionalização total do sector têxtil!).

Mas, em última análise, o mais importante em termos de obstáculo ao aprofundamento da crise pré-revolucionária, o que permite a quem lhe interessar retomar a Banca «tal qual», foi o facto de não ter havido qualquer alteração substancial no funcionamento interno do próprio sistema bancário, pelo contrário, de ter ele sido ainda reforçado por novos controlos e burocracias. Quase a terminar o seu mandato, em fins de Janeiro de 76, são as próprias comissões administrativas bancárias que, em comunicado, dizem: «Alguns receios, no entanto, nos acompanham, não sendo de menor importância o de termos de reconhecer que continuam imutáveis as estruturas do sector» (ver *O Diário*, 30-1-76). A tais situações conduz inevitavelmente a «estratégia de substituição», por oposição a uma «estratégia de ruptura». Vale a pena determo-nos um pouco neste ponto, para ver em que medida se «recusou» a revolução.

A falta de liquidez do sistema, de que tanto se falou, é mais um dos aspectos da defesa do mesmo, da desarticulação das relações capitalistas, que automaticamente surge sempre em situações deste tipo. Face a isto, há duas reacções possíveis: a reacção clássica, imediata, que é *reintroduzir liquidez*, em última análise, «fabricando moeda», e mantendo, ainda que artificialmente, os mecanismos normais de pagamentos e de relações comerciais e financeiras. Foi o que se fez e era, num primeiro tempo, inevitável, mas é isso, *sem mais nada*, que

³⁵ A forma por que foram feitas muitas destas intervenções foi extremamente divisionista: o caso da Têxtil Manuel Gonçalves é apenas um dos possíveis exemplos.

permite, um belo dia, «reconstruir a economia» à maneira do C. D. S.: a inflação e a desvalorização se encarregarão, fatalmente, de trazer as coisas ao equilíbrio, bastando para isso «estar disposto» à violenta repressão que exigirá tal «marcha a trás»; mas, isso é essencial, os aparelhos, as estruturas estão todos no lugar, não havendo mais do que voltar a substituir pessoas (o que, desde o 25 de Novembro, já está a processar-se em larga escala). Outra reacção é, naturalmente, a de *reduzir as necessidades de liquidez*. Parece evidente e simples, mas também aí se põe a questão da «ruptura». No limite, é a «ilusão monetária» que já discutimos e que teve o exemplo extremo no comunismo de guerra russo, e mais tarde principalmente nas concepções guevaristas da direcção da economia. De passagem, note-se que tais soluções só foram aplicadas em situações pós-revolucionárias (e em outros contextos excepcionais, como as práticas de «economia natural» dos anarquistas espanhóis a partir de 36, por exemplo). No caso português, em que se traduziria tal perspectiva? Desde logo, em eliminar a volumosa circulação monetária que representam os pagamentos *dentro* do sector estatizado: é, no fundo, a ideia de Guevara de que as empresas do Estado se podem assimilar, nas suas relações umas com as outras, a «secções» dentro de uma mesma empresa, que *cedem* mercadorias e serviços umas às outras, mas sem que isso se traduza em pagamentos efectivos. Ou seja, tratava-se de encontrar um «novo equilíbrio» que se materializaria na existência de um sector *Estado* e de outro *Exterior*: as relações de pagamento processar-se-iam apenas entre um e outro, e, naturalmente, dentro do segundo. Deixaria de haver os aberrantes circuitos no interior do Estado que já várias vezes foram assinalados: o Estado (Governo) concedendo avales a operações de crédito da Banca (Estado) a empresas nacionalizadas ou sob intervenção (Estado), em parte para reembolsar anteriores empréstimos ou simplesmente pagar vultosos encargos financeiros à mesma Banca (Estado) (ver no Anexo 4 um texto sobre esta questão). É óbvio que qualquer dos Governos Pro-

visórios se encontrava impossibilitado de abordar o problema segundo esta óptica. Ela corresponderia à pura e simples destruição dos habituais mecanismos de controlo contabilístico das empresas, consideradas como unidades *individuais* de produção, e obrigadas a apresentar os resultados financeiros em termos de «equilíbrio interno», do qual, por diferença, se obtêm lucros ou prejuízos. Uma vez mais se teria o sentimento da anarquia, do descontrolo, do «deixa de haver a quem *pedir* contas, a quem *pedir* responsabilidades». Na realidade, seria um elemento poderosíssimo de integração do sector nacionalizado, em que os trabalhadores teriam, *eles*, o sentimento de intervir decididamente numa acção colectiva: deixaria de ser possível, como foi, manterem-se entre as empresas nacionalizadas as relações de concorrência, de «confidencialidade», etc., quanto mais não seja porque elas teriam de definir com precisão a fronteira das suas relações internas, como secções do bloco «Estado», e das suas relações com o «Exterior» — em resumo, teriam de *abrir* as contas, discuti-las, estabelecer planos de articulação e de acção conjunta, de *cooperar* num quadro de responsabilidade social. Aí poderiam começar a germinar as relações de produção socialistas, de que nem se vislumbrou um esboço sequer. Poder-se-ia começar a falar de acumulação socialista, a equacionar em bases sólidas, entre trabalhadores, os problemas de alianças de classe, em particular no domínio das relações cidade-campo. Mas, é claro, tudo isto *se poderia* (como se pôde nas experiências históricas referidas) se suportado por um poder político revolucionário — por isso não se pôde. Dirão alguns que, justamente por essa via, se desenvolveram enormes e poderosas «burocracias de Estado», não só na Rússia mas também em Cuba. É um facto. No entanto, precisamente porque os problemas da transição para o socialismo, para além das «regularidades históricas» já enunciadas, têm de ser resolvidos em função das formações sociais concretas a que dizem respeito, podemos recordar que, no caso português, haveria condições excepcionais para que tal risco pudesse ser minimizado: não tem, ape-

sar de tudo, comparação o potencial técnico e educativo de que partiríamos, com o que existia em qualquer daqueles dois casos. O que não impede que não se tenha de ter presente tal observação: haveria que *depositar* o essencial do controlo nos níveis que pudessem *de facto* exercê-lo, e não pretender centralizá-lo totalmente ao nível do Estado, ou de qualquer órgão todo-poderoso. Nesse sentido, aliás, se tentaram esboçar algumas experiências de «controlo sectorial» — condenadas, desde logo, pelo contexto não revolucionário em que se inseriram (a ilustrar estas questões, juntamos em Anexo 5 dois textos elaborados durante a nossa passagem pelo IV Governo Provisório, e outro escrito posteriormente). Isto levanta-nos uma questão importante: a do controlo operário. Importa desde já assinalar que só depois do 25 de Novembro tem esta expressão (imprecisa, como se verá) vindo a ser associada às «nacionalizações» e à «Reforma Agrária» como uma das conquistas fundamentais da revolução, nomeadamente pelos principais dirigentes do P. C. P. A título de exemplo, significativo, é em vão que se busca tal expressão nos discursos de Álvaro Cunhal entre Maio e Novembro de 75. No último desses discursos, de 10 de Novembro, essas «conquistas essenciais da revolução já alcançadas» são assim enunciadas: «as nacionalizações, a Reforma Agrária, uma política social mais avançada em benefício das classes trabalhadoras». Não é por acaso que tal sucede. É que, ao longo daqueles meses decisivos, o que de verdadeiramente importante se passou nesse campo proveio quase exclusivamente da «base»: foi na casuística das lutas de empresa, conduzidas pelas respectivas comissões de trabalhadores — muitas delas, de resto, «afectas» ao P. C. P. —, que, em numerosos casos, se adquiriu um autêntico *poder* de controlo, sem falar naqueles em que se foi até formas de autogestão (cooperativas de produção, comissões de gestão, etc.). A aspiração fundamental dos trabalhadores de «tomarem em mãos o seu próprio destino» manifestou-se, como era inevitável, ao nível concreto dos *locais* onde a exploração directamente se realiza (as empresas) ou mais patentemente se manifesta (ha-

bitação) — isto excluindo, por agora, a questão agrária. Ora, como já antes se referiu, o carácter eminentemente espontâneo das comissões de trabalhadores, o aleatório da sua orientação partidária, a sua suposta tendência «anarquizante» e «incontrolável», eram de molde a suscitar reservas sérias aos «aparelhos de vanguarda», que sempre privilegiaram a acção sindical, em nome de uma «visão de conjunto» que as comissões de empresa não poderiam ter — isto enquanto se ia, pacientemente, tentando, geralmente por vias extremamente violadoras da democracia operária, conquistar o controlo dessas comissões, uma a uma. O projecto de decreto sobre «controlo da produção» proposto durante o IV Governo pelo Ministério do Trabalho é um exemplo magnífico daquela orientação, já que conferia às estruturas sindicais o predomínio absoluto no que respeitava ao «controlo da produção», noção aliás definida aí de forma bem pouco ambiciosa, virada sobretudo para a vigilância relativa a acções de «sabotagem económica» — uma espécie de acção policial que ficava muito aquém do que geralmente se entende por «controlo operário», ou «controlo da produção» no seu sentido mais amplo.

A ideia inversa, de partir das comissões de trabalhadores e da sua experiência concreta, tentar articular a sua acção a nível sectorial e regional, aprofundar a esses níveis a discussão política, fazendo surgir as contradições e ultrapassando-as numa perspectiva revolucionária assente em alternativas de «ruptura»³⁶ — tal ideia corresponderia ao alargamento da noção de controlo da produção à sua necessária dimensão *social*,

³⁶ Foi esta, de passagem, a orientação que levou às tentativas já referidas de criação de órgãos de «controlo sectorial» nos sectores da Metalomecânica Pesada e da Construção e Reparação Naval. As comissões de trabalhadores destes sectores aderiram fortemente a tais propostas, que lhes conferiam um papel decisivo nos respectivos sectores e na sua reestruturação. Surgiram, de facto, desde logo contradições entre trabalhadores (de empresas «concorrentes», de empresas de distinta dimensão, etc.), inevitáveis e certamente fecundas, que o próprio trabalho conjunto, o entusiasmo colectivo de uma tarefa eminentemente revolucionária, se encarregariam de fazer ultrapassar, face ao inimigo de classe comum. Não houve tempo — nem as condições objectivas, reconhecemo-lo, permitiam o êxito isolado de tais experiências.

mas constituiria um verdadeiro gérmen de *poder* revolucionário fundado na acção das massas e ameaçaria as estruturas do poder institucional, nomeadamente sindical. O que se pretendia, na realidade, não era um «controlo social da produção pelos trabalhadores» — expressão muito mais rigorosa do que qualquer das anteriores, pois «controlo operário» é não só insuficiente e limitativo como, na esteira do abuso de tantas outras expressões leninistas, funciona facilmente como um simples *slogan*, e assim tem sido sempre utilizado conforme convém —, mas um controlo sindical sobre os trabalhadores. A criação, numa fase em que a situação já era praticamente irreversível, do Secretariado das Comissões de Trabalhadores das Empresas da Cintura Industrial de Lisboa já nada teve que ver, como é sabido, com a questão do *poder das massas*, ou do controlo da produção, mas justamente com necessidades derivadas de uma estratégia de recuperação a nível do *poder de Estado*.

Nunca chegou a ser publicado qualquer decreto sobre o assunto³⁷. E é bem fácil imaginar um diploma que, sob esse nome, promova formas de cooperação de classe para salvar empresas em dificuldade. Na realidade, nem sequer foram alguma vez reconhecidas oficialmente as comissões de trabalhadores como órgãos representativos dentro da empresa — coisa que até o Governo Provisório russo fez, após Fevereiro de 17. Pouco importa, de resto, na medida em que a sua acção é das que mais poderosamente têm marcado a luta de massas nesta fase pré-revolucionária.

Daqui passamos a outro tipo de questões, intimamente ligadas com as anteriores, que têm simultaneamente que ver

³⁷ Posteriormente à redacção deste texto, foi aprovado na última reunião do Conselho de Ministros do VI Governo um decreto sobre «Comissões de Trabalhadores e Controlo de Gestão» que em nada altera o que aqui se escreve, no essencial, muito pelo contrário. Aliás, não chegou a ser promulgado e, face às fortes reacções que suscitou, outros projectos ainda virão a ser submetidos à Assembleia da República. O que só prova ser uma questão vital, em relação à qual a burguesia *não pode* fazer concessões, diga o que disser a Constituição [Out. 76].

com o «planeamento», com os «critérios de investimento» e com a «batalha da produção». Em resumo: como se poderia, nas condições existentes em 75, repor em marcha o «aparelho produtivo»? Partiu-se de dois «princípios» bem conhecidos, que não tinham, de facto, nada que ver com a realidade portuguesa, pois pressupunham estar-se *já* em transição para o socialismo. O primeiro era o de que socialismo *implica* planificação e, portanto, com o «poder económico» de que o Estado passou a dispor após o 11 de Março, «há que começar a planificar». O segundo era o de que os trabalhadores, agora a trabalhar «para si próprios», se lançariam entusiasticamente nas tarefas produtivas a fim de consolidar o «poder revolucionário». Ora já vimos que, por um lado, nas situações pré-revolucionárias, e mais ainda nos primeiros anos pós-revolucionários, o «estrebuchar» das relações económicas capitalistas (forma patente da luta de classes em tais períodos) *desarticula* por completo as estruturas de produção e circulação, o que impede qualquer espécie de *planificação*. Por outro, que não é pelo facto de o poder se *afirmar* revolucionário que as massas trabalhadoras o reconhecem como tal e se mobilizam às suas palavras de ordem.

Ora, as massas trabalhadoras ouviram falar imenso de planeamento, de tentativas sucessivas de elaborar planos (de transição, de emergência, etc., etc.), mas a sua prática concreta *desmentia* diariamente tais «boas intenções»: pelo contrário, elas tinham de lutar permanentemente pela resolução *individual* do seu próprio caso. O «caso a caso» era, na realidade, o método de trabalho evidente a todos os níveis do aparelho de Estado, até ao Conselho de Ministros e ao Conselho da Revolução. Nem poderia ser de outro modo, face à referida desarticulação. Seriam possíveis, sim, *outras coisas*³⁸, não a planificação, se houvesse (ou *pudesse* haver) o tal arrojo revo-

³⁸ Outro exemplo de utilização do Orçamento que dá uma noção do que é possível fazer a um poder revolucionário numa situação «não planificável», e que é também um exemplo mais da expressão «investir no socialismo»: o Estado pode constituir-se cliente de um dado sector semiparalisado e depois distribuir gratuita-

lucionário de que acima falámos. Mas o que se encontrou, como contrapartida a uma planificação impossível, e que é a sua própria negação, embora igualmente inoperante na situação concreta que se vivia, foi a «batalha da produção»: Murteira, Vasco, o Conselho da Revolução, o Ministério do Trabalho convenceram-se (expressão simplificadora, pois as motivações eram bem mais complexas, e nem necessariamente as mesmas) que o «arrebato verbal» seria suficiente para despertar uma «emulação socialista», a que nem sequer faltavam prémios às empresas ou trabalhadores-modelos que o Inatel se propunha facultar. Voluntarismo fatalmente improficuo, pois não estava na mão da grande maioria dos trabalhadores, ainda que o quisessem, produzir o que entendessem. Em numerosíssimos casos faltavam meios para adquirir matérias-primas, faltavam mercados (interno ou externo), etc. Em muitos, também, estava-se em luta contra o patrão, sendo naturalmente bem mais forte a disposição para não produzir. Noutros, eram mesmo medidas governamentais que acelera-

mente ou a baixo preço os respectivos produtos, como sejam fatos e botas de trabalho, utensílios diversos, etc. O que seria obviamente mais útil do ponto de vista social do que apoiar financeiramente as empresas «a fundos perdidos» e mantendo-as com baixa ou nula produção. Mas o efeito sobre o «mercado» seria muito duro. As consequências seriam semelhantes às do exemplo que adiante se dará relativamente à construção civil (ver p. 248). Aliás, também aqui não inovamos. Vale a pena fazer algumas citações relativas aos casos russo e chinês. Assim, segundo Carr, «o programa do partido de Março de 1919 interessava-se pelo aumento de produção a todo o custo, e advogava o apoio às pequenas indústrias rurais por meio de encomendas do Estado e créditos» (*BR-II*, p. 177). Bukharine e Preobrajensky assinalam: «No Inverno de 1920 foram dadas várias encomendas pelo Estado aos pequenos artesãos: dois milhões de botas de feltro, 2,2 milhões de *mitaines* de lã, uma quantidade de produtos de malha, de sapatos, peles, etc.» (*ABC-II*, p. 106), e descrevem a forma como se «programavam» estas acções. Quanto à China, é o próprio Mao que sistematiza as etapas porque foi passando a «transformação do capitalismo nacional», sendo a primeira: «O Estado passava encomendas às empresas privadas para assegurar a sua produção» (*MC*, p. 72). Hughes e Luard, pelo seu lado, referindo-se à tarefa dos «três primeiros anos», que consistia na «reabilitação a prazo de uma economia desarticulada, de forma a prepará-la para o início do I Plano Quinquenal», dão vários exemplos de como as «companhias comerciais estatais foram encarregadas de estimular a actividade económica por empréstimos e adjudicações a empresas privadas» (*DE*, p. 41). Mas convém ter presente que, em qualquer dos casos citados, isto se passa *depois* da Revolução...

vam a crise e apontavam, muito mais, para uma reconversão (por exemplo, o sector automóvel). De um modo geral, aliás, o essencial estava em que os trabalhadores não aderiam obviamente à ideia de que agora iriam produzir para si próprios, por mais que isso lhes fosse *dito*: eles viam *tudo* a funcionar do mesmo modo, só que as caras eram outras e a *linguagem* aparentemente muito revolucionária. Em quase todos os casos, de resto, a luta imediata e constante era, como vimos, pela obtenção de fundos que permitissem mensalmente pagar os salários — e nunca a Banca, ou os outros sectores intervenientes, ligaram de algum modo a solução desse problema ao de uma produção que, em tais condições, era inviável. Este último ponto levanta-nos, de resto, uma nova opção de «ruptura» que, em outras condições, poderia ter sido tomada.

Tomemos o exemplo do sector da construção civil. Sabe-se que havia empresas, e não poucas nem das menores, sobretudo as que mais se dedicavam à construção de empreendimentos turísticos ou as ligadas à grande especulação imobiliária, que praticamente paralisaram. O Estado assegurava-lhes o pagamento matemático dos salários, para uma produção nalguns casos nula. Cabe aqui recordar a forma como Preobrajensky abordava idêntico problema no período do comunismo de guerra (ver Cap. I, p. 61): «Para o Estado era mais vantajoso um *deficit* de cem sobre os produtos produzidos (...) *com as fábricas em funcionamento*, do que um *deficit* de duzentos ou quinhentos *com as fábricas fechadas*. Era um tipo de economia totalmente particular, radicalmente oposto nos seus objectivos e métodos de cálculo à produção capitalista.» O essencial, segundo outro autor contemporâneo, era «produzir a maior quantidade possível de coisas úteis». Que fazer, em Portugal, dentro de tal lógica? Por exemplo: se o Estado assegura, em qualquer caso, os salários, então porque não produzir casas (no caso da construção civil) e «vendê-las» a um preço que se limitasse a cobrir os restantes custos, em particular o das matérias-primas? O Estado, via Banca, pode avançar (inclusive por meio de aumentos de capital) o montante

necessário ao arranque do esquema; pode, por via de crédito-habitação, ou através da Previdência, encontrar forma de evitar que, por tal via, se não alimente uma especulação desenfreada. Aliás, dentro desta mesma lógica, é perfeitamente admissível que fosse possível cobrir uma parte considerável dos salários. É claro que tal solução, obviamente proveitosa quer para o Estado, quer para os trabalhadores, para estes sobretudo enquanto «necessitados de habitação a baixo preço», iria *violar* frontalmente as leis do mercado, e iria naturalmente atingir os empresários privados do sector, que se veriam confrontados com uma «concorrência desleal». Por outras palavras, só um poder político revolucionário poderia imaginar e aplicar uma tal ideia, aparentemente tão simples e aliciante (e que não teria de se limitar à construção civil): o agravamento da contradição entre o sector «socializado» e o sector privado, ou seja da própria luta de classes, daí resultante, não poderia ser ultrapassado por um Governo de coligação fraco e, como se viu, buscando sempre (sem conseguir) compromissos impossíveis. Ou seja, uma solução desse tipo, que o mais elementar bom senso aconselharia, seria, também, uma «solução de ruptura».

É fácil de prever que a aplicação de soluções como a da cessação de pagamentos entre empresas do Estado e a da produção segundo o esquema que sugerimos conduziria, a certa altura, à «integração» de todo o sistema estatizado em termos orçamentais — tal como aconteceu na Rússia e em Cuba. A fim de evitar os inconvenientes burocráticos de tal esquema e de assegurar a futura «estabilização» (ou seja, a forma de atingir sem graves sobressaltos um novo equilíbrio global, pois, como se sabe, se trata de situações insustentáveis a prazo)³⁹, teria sido indispensável estudar, rápida mas aprofundadamente, a sua introdução e o modo de associar os trabalhadores das diversas empresas à sua aplicação. Dum ponto de vista revolucio-

³⁹ Embora se deva recordar que o sistema de «gestão orçamental», implicando o não pagamento entre empresas do Estado, vigorou em Cuba nos últimos dez anos, só ultimamente, no I Congresso do P. C. Cubano, tem sido posto em causa.